



Universidade de Aveiro

2022

**JOÃO DIOGO
MATIAS DA SILVA
ALVES**

CONTROLO INTERNO DE INVESTIMENTOS



**JOÃO DIOGO
MATIAS DA SILVA
ALVES**

CONTROLO INTERNO DE INVESTIMENTOS

Relatório de Estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Finanças, realizado sob a orientação científica da Doutora Paula Cristina da Silva Ferreira Neto Rodrigues, Professora Ajunta do Instituto de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

o júri

Presidente

Professor Especialista Amândio Manuel Antunes
Professor Adjunto, Universidade de Aveiro

Vogal Arguente

Professora Doutora Mara Teresa da Silva Madaleno
Professora Auxiliar, Universidade de Aveiro

Vogal Orientador

Professora Doutora Paula Cristina da Silva Ferreira Neto Rodrigues
Professora Adjunta, Universidade de Aveiro

agradecimentos

Um agradecimento especial ao Sérgio, à Doutora Conceição Teixeira e aos colegas de trabalho por tudo o que me ensinaram e por todo o auxílio prestado ao longo do estágio. Agradeço também a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste relatório.

palavras-chave

Controlo Interno, Investimentos em AFT's, SAP, Controlo Orçamental, Procedimentos.

Resumo

Criado entre a década de 20 e 30, o controlo interno surge como resposta a vários escândalos financeiros, desempenhando, ao longo dos anos, um papel importante na forma como a gestão aborda as suas responsabilidades, tendo como missão desenvolver, implementar e manter um bom sistema de controlo interno. Desde o momento da criação, todas as empresas, de maior ou menor dimensão, podem exercer a sua atividade se tiverem implementado um sistema de controlo interno, mesmo que este seja pouco formal ou sistematizado, sendo geralmente mais sofisticados nas entidades de maior dimensão.

Este relatório resulta da realização de um estágio curricular numa empresa multinacional, a CIREs. O estágio curricular teve como objetivo principal verificar e analisar de que forma funciona o sistema de controlo interno implementado na empresa, nomeadamente na área dos projetos de investimento.

É fundamental que, para o bom funcionamento da empresa, o sistema de controlo interno proporcione eficácia e eficiência às operações, detetando potenciais falhas e minimizando eventuais riscos.

keywords

Internal Control, Investments in TFA, SAP, Budget Control, Procedures.

abstract

Created between the 20's and 30's, internal control emerged as a response to several financial scandals, playing over the years an important role in the way management approaches its responsibilities, having as duty to develop, implement and maintain a good internal control system. From the moment of creation, all companies, whether large or small, can carry out their activity if they have implemented an internal control system, even if this is not very formal or systematised, being more sophisticated in the larger entities.

This report results from the completion of a curricular internship in a multinational company, CIRES. The main objective of the curricular internship is to verify and analyse how the internal control system implemented in the company works, namely in the investment projects area.

It is essential that, for the proper functioning of the company, the internal control system provides effectiveness and efficiency to the operations, detecting potential failures and minimizing possible risks.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AFT	Ativo Fixo Tangível
AICPA	American Institute of Certified Public Accountants
B1	Business One
CC	Centro de Custo
CDT	Convenções Dupla Tributação
CFEI	Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento
CG	Conselho de Gerência
CIF	Cost, Insurance and Freight
CIRC	Código do Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas
CIRES	Companhia Industrial de Resinas Sintéticas
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
COSO	Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission
CP	Curto Prazo
DA	Divisão de Aprovisionamento
DAF	Direção Administrativa e Financeira
DF's	Demonstrações Financeiras
DFPT	Dossier Fiscal de Preços de Transferência
DGI	Direção Geral Industrial
DPP	Direção de Planeamento e Projetos
ECVM	European Council of Vinyl Manufacturers
E-PVC	Emulsion Polyvinyl Chloride
ERP	Enterprise Resource Planning
FOB	Free On Board
IIA	Institute of Internal Auditors
INTOSAI	International Organization of Supreme Audit Institutions
IRC	Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas
LP	Longo Prazo
MEP	Método de Equivalência Patrimonial
MTD	Melhores Tecnologias Disponíveis
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PVC	Polyvinyl Chloride
RO	Rubrica Orçamental

SCI	Sistema de Controlo Interno
SEC	Securities and Exchange Commission
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
S-PVC	Suspension Polyvinyl Chloride
VCM	Vinyl Chloride Monomer

ÍNDICE

Índice de Figuras	xii
Índice de Tabelas.....	xiii
Índice de Anexos	xiv
1. Introdução	1
2. Enquadramento Teórico	3
2.1. Revisão da Literatura.....	3
2.1.1. O Controlo Interno.....	3
2.1.2. COSO Framework.....	5
2.1.3. A Importância do Controlo Interno	8
3. Descrição do Estágio.....	10
3.1. Caracterização da Entidade.....	10
3.1.1. Produtos Fabricados	13
3.1.2. Evolução da Performance Económica e Financeira	14
3.2. Atividades Propostas e Desenvolvidas.....	16
3.2.1. Introdução e conhecimento do ERP SAP Business ONE 10.0	16
3.2.2. Organização Contabilística e Estrutura de Diários	17
3.2.2.1. Registo, Aprovação e Contabilização de Faturas de Exploração.....	18
3.2.3. Procedimentos de Verificação de Contas Correntes de Clientes e Fornecedores - Circularizações	19
3.2.4. Convenções Dupla Tributação.....	22
3.2.5. Panorâmica do Dossier Fiscal de Preços de Transferência.....	23
3.2.6. Noção das Atividades de Reporting Mensal/ Trimestral e Anual.....	25
3.2.6.1. Performance Report	25
3.2.6.2. Controlo Orçamental – Atividade Operacional (OPEX).....	27
3.2.7. Processo de Consolidação	28
4. Estudo de caso.....	29
4.1. Controlo Interno de Investimentos em AFT´s	29
4.2. Procedimentos Gerais	30
4.3. Procedimentos de Investimentos/Desinvestimentos Financeiros	33
4.4. Procedimentos de Investimentos/Desinvestimentos em Ativos Fixos Tangíveis.....	34
4.4.1. Solicitação e Aprovação dos Projetos de Investimento, Registo e Respetiva Monitorização e Conclusão/ Fecho	39
4.4.1.1. Solicitação de investimento – Memória Descritiva.....	39

4.4.1.2.	Procedimento de Registo, Aprovação e Contabilização de Faturas de Investimento.....	40
4.4.1.3.	Acompanhamento da Gestão e Controlo Orçamental dos Projetos	43
4.4.1.4.	Aspetos Contabilísticos e Práticos Referentes ao Cadastro dos AFT, Nomeadamente Aquisições, Abates, Alienações, entre outras.....	46
4.4.1.4.1.	Registo do Item no Cadastro dos AFT´s	46
4.4.1.4.2.	Formalização do Abate/Alienação de Bens do Cadastro.....	48
4.4.1.5.	Ativos sob Direito de Uso (locação) – Plano de Amortização Financeira	49
4.5.	Benefícios Fiscais ao Investimento CFEI II	51
5.	Reflexão crítica sobre as atividades desenvolvidas.....	53
5.1.	Sugestões de Melhoria	54
5.2.	Contributo do Estágio	55
6.	Conclusão	56
7.	Referências bibliográficas	58
8.	Anexos	1

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo Coso I.....	5
Figura 2 - Exemplo de numeração de documento contabilístico.....	17
Figura 3 - Confirmação de saldos - CIREs.....	20
Figura 4 - Confirmação de saldos - Terceiros.....	21
Figura 5 – Preços de VCM CIREs vs Chem Orbis em 2020.....	24
Figura 6 - Custos por Centro de Custo.....	25
Figura 7 - Mapa "NET BACK".....	26
Figura 8 - Rubricas do controlo orçamental da CIREs.....	27
Figura 9 - Projeto 493.....	40
Figura 10 - Rubricas de projetos de investimento.....	41
Figura 11 - Lay-out do registo de fatura.....	42
Figura 12 - Controlo de Projetos no SAP.....	43
Figura 13 - Investment control – Capex 2021.....	45
Figura 14 - Cadastro do Imobilizado.....	46
Figura 15 - Ficha do ativo "Planetary Mixer P600".....	47
Figura 16 - Report of Disposal of Movements of Fixed Assets.....	48
Figura 17 - Projetos de investimento 1ºSemestre/2021 elegíveis para CFEI II.....	52

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Exemplos de controlos administrativos e contabilísticos.....	9
Tabela 2 – Vantagens PVC.....	13

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I - Organigrama da estrutura de participações do Grupo.....	1
Anexo II - Descrição de atividades desenvolvidas pelas empresas.....	1
Anexo III - Demonstração de Resultados.....	2
Anexo IV - Análise dos Ativos.....	2
Anexo V - Menu SAP	3
Anexo VI - Estrutura de diários.....	4
Anexo VII - Carta de Circularização.....	5
Anexo VIII - The Tasks checklists – Verification of closing balance	5
Anexo IX - Modelo 21 - RFI.....	8
Anexo X - Carta de pedido de ativação da convenção.....	8
Anexo XI - Preços de Transferência	9
Anexo XII - Fatura do fornecedor INF	10
Anexo XIII - Mapa de Controlo Orçamental	11
Anexo XIV - Capex 2021 Project Codes – Running Investments.....	12
Anexo XV - Report of Disposal of Movements of Fixed Assets	13
Anexo XVI - Application Form – Investment in Property, Plant & Equipment (Capex).....	13
Anexo XVII - Projeto 478 – Upgrade of Lab Lims.....	14
Anexo XVIII - Encomenda ao fornecedor Haver & Boecker OHG.....	16
Anexo XIX - Garantia Bancária.....	17
Anexo XX - Processo de abate de AFT	17
Anexo XXI - Plano de amortização financeira	18
Anexo XXII - Contabilização do ativo sobre direito de uso	19

1. INTRODUÇÃO

As organizações estão constantemente sob pressão para obterem resultados positivos a curto prazo e dessa forma estão sujeitas a um nível mais elevado de risco. Assim, é essencial a existência de controlos internos, eficientes e eficazes, que permitam gerir os riscos financeiros e operacionais a que as organizações estão sujeitas, de forma que estas possam atingir os seus objetivos (PWC, 2012).

O controlo interno deriva da necessidade de aperfeiçoar os procedimentos utilizados pelas organizações e pode ser entendido como um conjunto de instrumentos destinado a monitorizar, fiscalizar e verificar informações e dados que permitam gerir da forma mais eficiente e eficaz as atividades da empresa.

Todas as empresas, independentemente do seu tamanho devem ter um sistema de controlo interno. Este sistema garante que os processos da empresa decorram dentro do previsto, e com isto certifica o crescimento e estabilidade da empresa. Deste sistema resultam informações que irão servir de suporte à tomada de decisão por parte dos órgãos de gestão. O sistema de controlo interno é também imperativo no que concerne à evolução de uma empresa, se quando a empresa é de dimensão inferior, a maioria da atividade é de fácil controlo, com o seu avanço esse processo torna-se mais complexo e difícil, e é então necessário criar mecanismos que permitam esse controlo das diferentes atividades da empresa (Neves, 2008).

Através da oportunidade de realizar um estágio curricular na CIRES, empresa industrial multinacional do setor químico, procedi à elaboração deste relatório sobre o controlo interno que me permitiu adquirir conhecimentos nesta matéria.

A CIRES orienta a sua atividade essencialmente para o fabrico de polímeros de cloreto de vinilo (PVC) e tem presença consolidada no mercado ibérico, tendo vindo a contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento da indústria transformadora de plásticos em Portugal.

Sabendo que cerca de um terço do total dos ativos da CIRES em 2020 foi representado por Ativos Fixos Tangíveis, é fundamental que exista uma constante monitorização e controlo dos procedimentos relacionados com os investimentos efetuados pela empresa.

Desta forma, o objetivo deste estágio passa por perceber qual a contribuição e importância do controlo interno no processo de gestão da empresa e de que forma são aplicadas as medidas de controlo interno, mais concretamente na vertente dos investimentos.

Espera-se que os resultados deste estudo vão ao encontro com o que a literatura sugere que suceda em termos de implementação, eficácia e eficiência do controlo interno numa empresa multinacional, e caso se verifiquem falhas no sistema, perceber de que forma a empresa contorna essas limitações

Este relatório está dividido em seis capítulos. Para além da introdução, o capítulo dois diz respeito ao enquadramento teórico onde se desenvolve a revisão da literatura aplicada ao tema. No terceiro capítulo é feita uma descrição do estágio, nomeadamente a caracterização da entidade e

as atividades desenvolvidas na empresa. De seguida, é apresentado o capítulo relativo aos procedimentos que envolvem os projetos de investimento relacionados com os ativos não correntes, realizados pela empresa. O sexto capítulo baseia-se numa reflexão crítica sobre as atividades desenvolvidas ao longo do estágio e o último é referente às conclusões finais deste relatório.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Revisão da Literatura

Iniciaremos este trabalho com uma revisão da literatura sobre o controlo interno de forma a aprofundar o conhecimento sobre esta temática a nível teórico. Os conhecimentos adquiridos através da pesquisa realizada serão colocados em prática ao longo do estágio curricular na área do controlo interno de investimentos. Serão desenvolvidas uma série de atividades relacionadas com os projetos de investimentos realizados pela empresa.

Este estudo vai permitir perceber como funciona a gestão de uma multinacional e que medidas a entidade toma para que o seu controlo interno seja mais eficaz e eficiente. O objetivo passa também por averiguar se o sistema de controlo interno se encontra adequadamente implementado.

2.1.1. O Controlo Interno

Vários autores afirmam que o crash da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, e os escândalos financeiros, entre os anos 20 e 30, são o motivo pelo qual surgiu o controlo interno (Caetano, 2017). Houve uma necessidade de regulamentar o mercado das ações (Caetano, 2017). Após esse cenário, o congresso dos Estados Unidos da América (EUA) aprovou duas leis de forma a restaurar a confiança nos mercados de capitais e assegurar informação apropriada aos investidores (Brandão, 2012). A primeira lei, *Securities Act*, de 1933, tinha dois principais objetivos: exigir o acesso às informações financeiras, e outras informações significativas, aos investidores; e proibir dolos, declarações enganosas e fraudes nas vendas de imobiliários aos investidores. A segunda lei, *Securities Exchange Act*, de 1934, criou a *Securities and Exchange Commission* (SEC), uma comissão autorizada a registar e fiscalizar agências e organizações que operavam na área das vendas imobiliárias. A comissão implementou a obrigatoriedade de todas as organizações possuírem um sistema de controlo interno que pudesse ser avaliado anualmente através de auditorias externas e independentes (Hall, 2015).

Mesmo após largos anos de estudo do controlo interno, ainda não há unanimidade relativamente ao seu conceito, uma vez que pode ser entendido de diversas perspetivas, apresentamos um conjunto de definições desse conceito. Segundo Caetano (2017), a primeira definição concreta de controlo interno foi feita pelo organismo *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) em 1934, e usada pela SEC, em que o controlo interno era definido como um plano de organização e coordenação de todos os métodos e medidas adotados num negócio com o objetivo de assegurar a salvaguarda de ativos, verificar a adequação e fiabilidade das informações contabilísticas, impulsionar a eficiência operacional e incentivar a adesão às políticas estabelecidas pela gestão (Caetano, 2017).

Já no Decreto-Lei Nº166/98, 1998 no artigo 2º surge a seguinte definição de controlo interno: consiste na verificação, acompanhamento, avaliação e informação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão, relativamente a atividades, programas, projetos, ou operações de

entidades de direito público ou privado, com interesse no âmbito da gestão ou tutela governamental em matéria de finanças públicas, nacionais e comunitárias, bem como de outros interesses financeiros públicos nos termos da lei.

O *Institute of Internal Auditors* (IIA) afirma que "(...) qualquer ação empreendida pela gestão, pelo Conselho e outras entidades para gerir o risco e melhorar a probabilidade da consecução dos objetivos e metas da organização, é delineado pelo controlo interno (Caetano, 2017, pág. 8)." O Tribunal de Contas considera o controlo interno como uma forma de organização que pressupõe a existência de um plano e de sistemas coordenados destinados a prevenir a ocorrência de erros e irregularidades ou a minimizar as suas consequências e a maximizar o desempenho da entidade no qual se insere (Tribunal de Contas, 1999).

O AICPA resolveu redefinir o conceito de controlo interno, e subdividiu-o em administrativo e contabilístico. O sistema de controlo administrativo compreende o plano de cada entidade e os procedimentos e registos relacionados com a eficiência operacional e a adesão política estabelecida pela administração. Enquanto o sistema de controlo contabilístico compreende o plano de cada entidade com processos, procedimentos e registos relacionados com a salvaguarda dos ativos e a fiabilidade da informação contida nas demonstrações financeiras (Caetano, 2017).

Martins e Morais (2013) surgem com uma opinião diferente no que diz respeito à classificação dos tipos de Controlo Interno, as autoras classificam-nos como: Controlos Preventivos (Ex: obrigar a duas assinaturas em todos os pagamentos); Controlos Detetivos (Ex: elaborar conciliações bancárias); Controlos Corretivos (Ex: elaboração de relatórios de atrasos de cobrança de dívidas); Controlos Orientativos (Ex: criar regulamentos internos na organização); Controlos Compensatórios (Ex: cruzamento de dados entre contas).

As mesmas autoras afirmam ainda que existem quatro etapas para a avaliação do controlo interno:

- Descrição do sistema para que possa ser verificada a sua eficiência e se os procedimentos de controlo são adequados;
- Verificação da descrição do sistema;
- Realização de testes de conformidade;
- Realização de testes substantivos de forma a obter um grau de confiança aceitável de que os procedimentos estão a ser efetuados como pretendido.

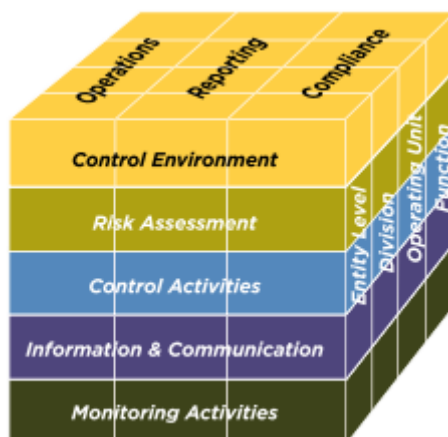
2.1.2. COSO Framework

Como podemos observar, o conceito de controlo interno não é unânime entre vários especialistas, e esse era um dos objetivos do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*¹ (COSO), criar uma definição unânime (Santos, 2013). Para o COSO o controlo interno é um processo concebido por um conselho constituído por administradores, gestores e outro pessoal, criado com o objetivo de fornecer uma garantia razoável na realização dos objetivos de uma organização (Schandl & Foster, 2019). Esses objetivos são retratados como:

- Objetivos de Relato - Compreendem os relatórios financeiros e não financeiros, externos e internos, e podem incluir confianças, pontualidade, transparência e outras características implementadas por reguladores ou entidades competentes;
- Objetivos Operacionais - Eficácia e eficiência das operações, que incluem objetivos operacionais e financeiros e salvaguardam a perda de bens;
- Objetivos de Conformidade - Cumprimento de leis e regulamentos a que a empresa está sujeita;

Após o relatório publicado pelo COSO, *Treadway Report*, o grupo desenvolveu um estudo sobre o controlo interno - *Internal Control-Integrated Framework*, que resultou no modelo COSO I (Figura 1) (Santos, 2013). Esse modelo é o recomendado pela SEC, ainda que tenham surgido outros modelos igualmente eficazes, mas nenhum tão abrangente como o modelo proposto pelo COSO (Hall, 2015).

Figura 1 - Modelo Coso I



Fonte - Adaptado de Internal Control -Integrated Framework Executive Summary Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (2019)

¹ Comissão criada após uma série de escândalos associados à crise das poupanças e empréstimos para tratar essas fraudes. (Hall, 2015)

Segundo este modelo o controlo interno compreende 5 principais componentes que estão interligadas sendo elas:

- Ambiente de controlo: é a base para todos os outros componentes, conferindo disciplina e estrutura. O ambiente de controlo está envolvido em todas as áreas da organização determinando a forma como o controlo interno é visto pelos trabalhadores;
- Avaliação do risco: processo desenvolvido pela administração ou gestão que identifica, analisa e responde aos riscos. Requer que a gestão averigue o possível impacto das alterações das envolventes externa e interna e tome as ações necessárias;
- Procedimentos de controlo: são políticas e procedimentos que permitem garantir que as diretivas da gestão são executadas. Ações necessárias são tomadas para que os riscos possam ser reduzidos, de forma a garantir que os objetivos são atingidos. Como exemplo de alguns destes procedimentos são a análise de desempenho, controlos físicos, segregação de funções, entre outros;
- Monitorização: avaliações periódicas ou contínuas que visam verificar se cada componente de controlo está presente e se encontra em correto funcionamento. A monitorização é o processo que avalia a qualidade do desempenho do Controlo Interno ao longo do tempo;
- Informação e comunicação: Esta componente engloba o hardware e software, os funcionários, procedimentos e bases de dados. A informação é obtida ou gerada pela gestão, através de fontes internas e externas, de forma a assegurar as componentes de controlo interno. É pertinentemente identificada, compreendida e comunicada num período de tempo adequado para que seja possível cumprir os requisitos e expectativas.

Para que um Sistema de Controlo Interno (SCI) seja eficaz é necessário que as cinco componentes estejam presentes, em funcionamento e que operem de forma complementada, juntamente com os objetivos previamente definidos, de relato, conformidade e operacionais. No entanto este modelo do COSO foi melhorado em 2014, e adicionaram mais três componentes a ter em conta no controlo interno, sendo elas a definição de objetivos, a identificação de eventos e a resposta ao risco (Caetano, 2017).

Contudo, existem limitações associadas ao controlo interno tais como (Schandl & Foster, 2019):

- A pessoa responsável pelo exercício de um controlo interno fazer um mau uso dessa responsabilidade. A informação produzida para as finalidades de controlo interno pode não ser usada de forma eficaz pois o indivíduo responsável por rever a informação não compreende a sua finalidade ou não toma a ação apropriada;
- O não interesse por parte da gestão na implementação e manutenção de um bom SCI;
- A dimensão da entidade e o não envolvimento de todos os trabalhadores no objetivo comum. O controlo interno é mais fácil de implementar numa organização de grande

dimensão dado que, as pequenas organizações têm menos meios e uma estrutura mais limitada;

- O facto de poder ser evitado ou contornado por conluio ou por uma gestão imprópria;
- Relação custo/benefício, ou seja, os custos de implementação de um SCI não podem ser superiores aos benefícios que podem trazer à organização. A avaliação do custo/benefício deve ser feita de forma quantitativa.

Nenhuma empresa, seja de maior ou menor dimensão, pode exercer a sua atividade sem ter implementado um SCI, mesmo que pouco formal ou sistematizado, sendo que o mais comum é que seja mais sofisticado nas entidades de maior dimensão (Gomes, 2017). Segundo da Costa (2010) a implementação de um SCI é uma das maiores responsabilidades do órgão de gestão de uma empresa. No entanto, a simples existência de um SCI não garante que o mesmo esteja operacional, seja eficaz e eficiente. Mesmo que se trate de um bom SCI, não existem garantias de que a organização esteja isenta da ocorrência de erros, irregularidades e fraudes.

2.1.3. A Importância do Controlo Interno

O controlo interno necessita de ser visto como um dos sistemas mais importantes dentro das organizações. No entanto, o tipo de sistema a implementar dependerá muito da empresa, de fatores como o tipo de empresa, industrial, comercial ou mista, e o seu tamanho, pois daí dependerá a complexidade do sistema. Ao longo da evolução, a empresa, poderá começar por um simples sistema que visa o controlo dos meios financeiros, e ir até um sistema mais completo, sofisticado e rígido que controle as várias operações da empresa. Para além dos aspetos mencionados, também a cultura, estrutura, recursos humanos e estilo de liderança podem afetar a forma de funcionamento do sistema ou até mesmo limitá-lo (Azevedo, 2013).

Porém é inegável a importância deste sistema, não só a nível de prevenção, como a nível de correção de possíveis irregularidades, o que leva a uma melhor tomada de decisões dentro da empresa e a uma melhor estrutura organizacional da mesma. Para que o sistema de controlo interno seja o mais eficaz possível, os responsáveis por esses sistemas devem estar atentos a atualizações, por forma a que o sistema esteja preparado para eventuais novos cenários que possam surgir com o objetivo de minimizar determinadas consequências e melhorar a performance (Azevedo, 2013).

Há diversos estudos que demonstram a importância deste sistema face ao sucesso das empresas, como o caso do trabalho de Reis (2012) sobre a importância do controlo interno no caso de estudo “Boca Doce”. A autora, através de questionários feitos à empresa e de uma pesquisa literária concluiu que foi o controlo interno que permitiu à empresa alcançar os objetivos traçados, tornar-se mais competitiva no mercado e melhorar a sua gestão. Realça também que o sistema foi bem sucedido uma vez que estava adaptado à empresa de acordo com os seus princípios e componentes fundamentais, que vão de acordo com a perspetiva de vários autores de referência na matéria. Acrescenta ainda que o sistema, ainda que muito bem implementado, tem algumas falácias, que o impedem de ser um sistema “perfeito”, mas que ainda assim permitiu salvaguardar o património, fornecer informações de qualidade e coerentes e prever possíveis atos ilegais.

Já num outro estudo realizado por Carvalho e Martins (2014) que, através de questionários feitos a TOC's (Técnicos Oficiais de Contas), se debruçou sobre a contribuição dos procedimentos contabilísticos para o controlo interno, nas micro e pequenas empresas portuguesas, concluiu que, na sua maioria, os órgãos de gestão dessas empresas não têm conhecimento suficiente acerca de controlo interno e conseqüentemente não obtêm a melhores resultados, nem têm informações que os ajudem na tomada de decisão. Isto surge também interligado à pouca importância dada por esses órgãos de gestão ao planeamento e a todo o setor contabilístico, que como já podemos observar está intrinsecamente ligado ao controlo interno.

Posto isto, o controlo interno é importante para todas as organizações na medida em que faz fluir todas as suas operações, e, conseqüentemente, torna-se imprescindível para a sua sobrevivência e crescimento, não sendo de todo possível uma empresa ser sustentável se não dispuser de controlos internos. A sua vertente associada ao risco e prevenção de possíveis erros ou fraudes,

dá ao controlo interno um efeito dissuasor que pode prevenir várias ações que possam prejudicar a mesma. Isto acontece, pois, o controlo interno é influenciado pelos mais diversos aspetos administrativos que mais tarde têm influência nos aspetos contabilísticos.

Tanto o controlo administrativo como o contabilístico estão enraizados em todos os departamentos da empresa. Estes controlos apesar das mais diversas semelhanças são também diferentes em alguns aspetos. Enquanto o controlo administrativo procura a obtenção de um resultado eficiente e eficaz, o controlo contabilístico apenas se preocupa com a obtenção de informações financeiras credíveis (Tabela 1). A diferença entre os controlos contabilístico e administrativo pode afetar significativamente as demonstrações financeiras, logo é extremamente necessário ter atenção a este tipo de controlo.

Podemos então afirmar que a importância do controlo interno pode ser refletida no simples facto de, por exemplo, um departamento financeiro fazer o acompanhamento dos juros de empréstimos. Estes controlos que compreendam taxas de juros são cruciais para a correta gestão financeira da empresa.

De um ponto de vista mais generalizado, a eficácia de um sistema de controlo interno e disponibilização de informações credíveis à contabilidade, resulta na qualidade de informação extraída e consequentemente no sucesso dos órgãos de gestão e *stakeholders* (Azevedo, 2013).

Tabela 1 – Exemplos de controlos administrativos e contabilísticos

Controlos Administrativos	Controlos Contabilísticos
Controlo de qualidade	Controlo físico sobre os ativos
Treino de pessoal	Segregação de funções
Estudos de tempos e movimentos	Auditoria Interna
Análise de variações entre os valores orçamentados e os ocorridos	Sistemas de conferência, aprovação e autorização
Análise estatística de rentabilidade	

(Fonte: Adaptado de "A importância de um sistema adequado de controlo interno" (Azevedo, 2013))

3. DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO

3.1. Caracterização da Entidade

A CIREs, Lda., Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, sediada em Estarreja, Portugal, é uma empresa do setor químico especializada no fabrico de polímeros de cloreto de vinilo, matérias plásticas sob formas primárias, mais especificamente PVC. Destaca-se por ser pioneira no fabrico de polímeros vinílicos em Portugal (CIREs, www.cires.pt).

A empresa foi fundada em 1960, incorporando desde o início na sua estrutura acionista uma empresa japonesa (Shin-Etsu Chemical Co., Ltd.) já prestigiada como fabricante e licenciador de tecnologia para a produção de PVC (CIREs, www.cires.pt).

A sociedade foi admitida à cotação na Bolsa de Valores de Lisboa a 31 de dezembro de 1986, contudo em 2009, a CIREs obteve autorização por parte da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) para sair de bolsa, consequência de uma Oferta Pública de Aquisição efetuada pela Shin-Etsu, líder mundial na produção de PVC, para a aquisição da totalidade do seu capital (CIREs, www.cires.pt).

Em 2010, a CIREs foi transformada em sociedade por quotas, sendo o seu capital social repartido pela Shin-Etsu International Europe, B.V., que detém 99% do capital e pela Shin-Etsu PVC B.V. que possui 1%. Em termos nominais, ao longo dos anos, a empresa registou um aumento do seu capital social sendo o seu valor atual de 15 milhões de euros, distribuído pelos seus dois acionistas (CIREs, www.cires.pt).

Entre 1980 e 2000, a CIREs protagonizou um significativo desenvolvimento empresarial, triplicando a capacidade de produção da fábrica de Estarreja e adquiriu duas das mais importantes empresas ibéricas de produção de compostos termoplásticos, a Previnil em Portugal e a Cygsa em Espanha. Atualmente, o Grupo CIREs é constituído pela empresa-mãe, a CIREs, Lda. e pelas empresas subsidiárias: CYGSA – Compuestos y Granzas, S.A. (Espanha), PREVINIL – Empresa Preparadora de Compostos Vinílicos, S.A. (Vila Franca de Xira), BAMISO – Produção e Serviços Energéticos, S.A. (Estarreja) e SOCIPREV – Sociedade de Medição de Seguros, Lda. (Estarreja).

O organigrama da estrutura de participações do Grupo (Anexo I) e a tabela relativa à descrição de atividades desenvolvidas pelas empresas (Anexo II), ajudam a perceber de que forma está organizado o Grupo CIREs.

Pelo facto de ser a única empresa a produzir PVC em Portugal, a CIREs tem presença consolidada no mercado ibérico pois dispõe de elevados padrões de qualidade de fabrico e segurança das operações, bem como um serviço diferenciado de assistência técnica aos seus clientes. Ao exigir um elevado rigor industrial nas operações de fabrico e constante atenção aos mercados e às necessidades do seu desenvolvimento, a CIREs tem vindo a contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento da indústria transformadora de plásticos em Portugal (CIREs, www.cires.pt).

A empresa promoveu o reconhecimento externo dos seus processos de gestão por entidades independentes acreditadas em conformidade com padrões internacionais. Detém a Certificação de Qualidade ISO 9001 desde 1993, a Certificação Ambiental ISO 14001 desde 2002 e a Certificação de Segurança e Saúde Ocupacional pela OHSAS 18001 desde 2008, tendo posteriormente transitado para a certificação pela ISO 45001 em outubro de 2019.

Para além de cumprir as exigências regulatórias das suas atividades, a CIREs aderiu a três programas de importante relevância para a sua atividade:

- A Carta do ECVm, um compromisso voluntário com a missão de reduzir o impacto ambiental e promover a ecoeficiência do PVC, através da implementação duma série de alterações tecnológicas e da realização de investimentos que visam melhorar o seu desempenho ambiental;
- Operação *Clean Sweep*®, que consiste num programa internacional para prevenir a emissão de plástico para o meio ambiente;
- O programa *VinylPlus*, um acordo voluntário subscrito por toda a cadeia europeia do PVC. Este programa pretende determinar os desafios da presente década imprescindíveis ao desenvolvimento sustentado dos produtos de base PVC, tendo em consideração toda a cadeia de valor e ciclo de vida do produto.

Em 1993, a CIREs subscreveu o Programa Atuação Responsável®, uma iniciativa mundial voluntária da indústria química, que tem como compromisso a melhoria contínua da sua atuação em matéria de Segurança, Saúde, Ambiente e Responsabilidade pelo Produto.

Em 2001, por iniciativa das empresas do Complexo Químico de Estarreja, foi criado o projeto PACOPAR (Painel Consultivo Comunitário do Programa de Atuação Responsável de Estarreja), organismo que a CIREs aderiu como membro fundador, que tem como objetivo aplicar os princípios do programa Atuação Responsável®. O PACOPAR já angariou um importante prémio Europeu pelo seu destaque como bom exemplo de atuação da indústria. Integram este projeto Organismos Oficiais, Escolas, a Universidade de Aveiro e Associações de Moradores e Ambientalistas.

Na fábrica em Estarreja o investimento realizado projetou o aumento da produção e da produtividade, a adequação das operações de fabrico aos normativos internacionais de referência em matéria de proteção ambiental e de segurança, com a implementação das Melhores

Tecnologias Disponíveis (MTDs) e a otimização da logística de aprovisionamento da principal matéria-prima.

Entre os investimentos mais significativos destacam-se:

- Instalação do *pipeline* para o abastecimento direto da fábrica a partir das instalações de receção de matéria-prima (VCM) da empresa no Porto de Aveiro, numa extensão de 23 km, eliminando por completo o tradicional transporte rodoviário. A matéria-prima é produzida na fábrica da Shin-Etsu PVC B.V. na Holanda e recebida no Porto de Aveiro em instalações portuárias próprias de receção e armazenagem, sendo depois transferida por *pipeline* para a fábrica em Estarreja;
- Construção de uma unidade de cogeração de energia, permitindo atingir objetivos específicos de competitividade na produção de utilidades (energia elétrica e vapor) essenciais aos fabricos da CIRES;
- Introdução da MTD no fabrico de PVC – a tecnologia de reator fechado na produção de S-PVC e de E-PVC.

3.1.1. Produtos Fabricados

O PVC é um dos polímeros termoplásticos mais utilizados no mundo no fabrico de materiais e produtos essenciais ao desenvolvimento humano, como tubos de transporte de água, proteção de cabos elétricos, painéis e perfis de portadas e janelas, telas de impermeabilização e isolamento, papéis de parede, embalagens blister para a indústria alimentar e farmacêutica, sacos flexíveis para armazenamento de sangue e outros produtos hospitalares, brinquedos, luvas, calçado, cartões, componentes para a indústria automóvel, entre outros (CIRES, www.cires.pt).

O PVC, um dos plásticos mais utilizados, pode ser considerado de “baixo carbono” pois 57% da sua massa é cloro proveniente do sal comum. No seu processo de fabrico consome menos energia primária do que a maioria dos plásticos mais comuns. Devido à sua durabilidade, estabilidade, propriedades físicas e baixo peso, a sua utilização permite reduções significativas no consumo de energia.

Devido à constante evolução e melhoria do seu desempenho como material e reciclabilidade, resulta uma análise do ciclo de vida muito positivo, perfeitamente integrado no quadro da economia circular e na construção de um futuro sustentável.

O PVC tem inúmeras vantagens tais como (Tabela 2):

Tabela 2 – Vantagens PVC

Tenacidade	Resistência a ácidos e bases
Flexibilidade	Resistência mecânica
Elasticidade	Resistência à corrosão
Rigidez	Alta vedação
Isolamento térmico	Isenção de manutenção
Isolamento acústico	Reciclável

Fonte: Elaboração própria

A empresa dedica-se à produção e comercialização de PVC Suspensão (S-PVC) e PVC Emulsão (E-PVC). Produz uma gama de homopolímeros de cloreto de vinilo, fabricados pelo processo de polimerização em suspensão e em emulsão, usados em diferentes técnicas de processamento tais como a extrusão, calandragem, moldação por injeção, moldação sopro, rotomoldação e revestimento.

A Emulsão destina-se ao fabrico de couros artificiais utilizados em vestuário, ramo automóvel, etc. O fabrico da Suspensão é utilizado na construção civil (tubos, revestimento de cabos elétricos, janelas e portas em PVC, etc). Existe ainda outro tipo de Suspensão designada por “Especialidade”, em que a produção é mais lenta e com mais custos associados, sendo que tem um maior valor de mercado. É utilizada para o fabrico de telas impermeabilizantes de piscinas e de túneis, perfis dinâmicos, cabos elétricos e foles de embraiagem de automóveis, etc.

3.1.2. Evolução da Performance Económica e Financeira

Neste ponto é possível perceber a evolução dos resultados da CIREs referentes à atividade realizada entre 2018 e 2020 Anexo III e Anexo IV, segundo o relatório único de gestão referente aos exercícios de 2018, 2019 e 2020.

Inserida na Shin-Etsu Europa, a CIREs tem beneficiado de todo o potencial de desenvolvimento do Grupo e de uma articulação privilegiada com as suas associadas de compostos termoplásticos, proporcionando o desenvolvimento de fatores de diferenciação positiva que criam mais valor para a empresa e para os seus clientes.

No exercício de 2018 o arranque da nova unidade de cogeração assumiu especial relevância no plano industrial, permitindo a produção simultânea de eletricidade e vapor com elevados níveis de eficiência.

No negócio dos compostos termoplásticos registou-se um aumento no nível de atividade proporcionado pela melhor eficiência industrial associada à renovação de equipamentos e pela melhoria dos níveis de automação nos processos.

No exercício de 2019 verificou-se uma redução expressiva da atividade relativamente ao ano anterior, sobretudo devido às dificuldades na aquisição de matéria-prima. No entanto foi possível subir ligeiramente as vendas por utilização do elevado stock existente no início do exercício. Em 2018 o inventário representava 22,44% do total do ativo, enquanto em 2019 apenas 15,37%.

O ano de 2019 ficou marcado pela inesperada perda da licença de operação da cogeração em regime especial, que obrigou a uma interrupção da sua atividade normal durante seis meses, só tendo sido possível retomar o seu pleno funcionamento em novembro, em regime de autoconsumo.

O nível de atividade e o incidente na cogeração foram os dois fatores que acabaram por influenciar mais determinadamente os resultados operacionais do ano.

O bom desempenho da economia na Península Ibérica e o aumento das exportações permitiu que as empresas associadas registassem uma exploração francamente positiva. Em 2018 os investimentos financeiros em associadas representavam cerca de 20,6% do total do ativo, sendo que em 2019 registou-se um aumento de quase 4% em relação ao ano anterior.

Os condicionamentos no abastecimento de VCM, que limitaram a produção de PVC a um volume de cerca de 5% inferior ao previsto, a par dos constrangimentos regulatórios que impediram a operação da unidade de cogeração em condições de normalidade durante mais de 6 meses, tiveram um impacto muito significativo no aumento dos custos de produção com a consequente diminuição das margens, que acumularam quebras na ordem dos 10%, e na contração do resultado operacional, que desceu no exercício para cerca de 908 mil euros.

Para 2020 era expectável que a CIREs recuperasse, sem constrangimentos de matéria-prima, para um nível de atividade superior ao ano anterior.

Em 2020, após um primeiro trimestre dentro do previsto no orçamento, o confinamento geral devido à COVID-19 no início do segundo trimestre desacelerou a economia e toda a operação industrial, com uma forte diminuição da procura. Contudo, a retoma da procura no segundo semestre e a favorável evolução dos preços, permitiram uma rápida recuperação das perdas do segundo trimestre. Para esta recuperação terá contribuído a escassez de produto no mercado, assim como o adiamento das paragens de manutenção para o segundo semestre, na tentativa de evitar picos da pandemia.

Não tendo havido no geral constrangimentos no abastecimento de VCM, foi possível manter o nível de operação elevado, que permitiu uma maior eficiência dos processos e custos controlados. Para isto contribuiu a plena operação da cogeração, muito relevante para os custos energéticos.

O exercício de 2020 terminou com um crescimento do volume de negócios da CIRES de 2,64% face ao ano transato, totalizando em valor quase 155 milhões de euros. Este crescimento derivou essencialmente do aumento das vendas em volume, considerando que os preços de mercado ao longo do exercício registaram em média uma quebra de cerca de 8% em comparação com os preços do ano anterior.

A margem bruta acumulada no exercício apresentou uma subida significativa, beneficiando da variação relativa favorável entre a evolução dos preços de venda do PVC no mercado e a dos preços das matérias-primas principais. O bom nível de atividade permitiu adicionalmente manter os custos de produção abaixo dos valores orçamentados, potenciando ganhos de produtividade e a melhoria de margem. Apesar de ter havido um aumento de 2,64% no volume de vendas e serviços prestados, houve uma diminuição de 1,94% no custo das vendas e prestação de serviços em relação a 2019.

O resultado líquido, no valor de 6,6 milhões de euros, contou com a contribuição positiva das empresas associadas, em cerca de 1,6 milhões de euros.

3.2. Atividades Propostas e Desenvolvidas

Para além do estudo de caso proposto para o desenvolvimento deste relatório, foi possível durante o período de estágio fazer um acompanhamento e execução de tarefas, em contexto da vida real, dentro da área administrativa financeira.

3.2.1. Introdução e conhecimento do ERP SAP Business ONE 10.0

ERP significa “Enterprise Resource Planning” ou planeamento dos recursos empresariais. O software utilizado inicialmente pela CIRES foi o AS/400, sistema contabilístico usado até ao final do ano de 2020. A 1 de Janeiro de 2021 foi implementado o SAP Business One 10.0 (Anexo V), software de gestão empresarial projetado para as necessidades de pequenas e médias empresas.

O SAP Business One define-se como um dos maiores produtores mundiais de software a nível de gestão dos processos de negócio desenvolvendo soluções capazes de facilitar o processamento de dados e o fluxo de informações entre as organizações. Intervém em áreas como a contabilidade e gestão financeira, gestão de projetos e recursos humanos, as vendas e a gestão de clientes, as compras e o controlo do inventário, o planeamento da produção, Business Intelligence e as análises/relatórios (SAP Business One, www.sap.com).

Os modelos convencionais de negócio tendem a descentralizar a gestão dos dados, fazendo com que cada departamento armazene os seus próprios dados separadamente de todos os restantes, o que dificulta o acesso dos departamentos às diferentes informações, originando, também, uma duplicação de dados que leva ao aumento dos custos de armazenamento e ao risco de existirem erros. Desta forma, o ERP SAP Business One permite concentrar a gestão de todos os dados de uma empresa, possibilitando uma melhor gestão e um maior controlo, concedendo aos colaboradores o acesso fácil e em tempo real aos dados dos diferentes departamentos da empresa (SAP Business One, www.sap.com).

De todos estes benefícios já referidos, resultam novas competências e vantagens para as empresas, que provocam um aumento dos fluxos de trabalho, uma melhor eficiência e eficácia das operações, o aumento da produtividade, um aperfeiçoamento nas relações com os clientes e, conseqüentemente, um crescimento considerável dos lucros.

3.2.2. Organização Contabilística e Estrutura de Diários

A documentação contabilística da CIREs é registada em diferentes diários, conforme Anexo VI. A cada um dos lançamentos dos diários da CIREs está associado um número de documento em que, por exemplo, PU diz respeito à sigla do diário, 21 corresponde ao ano em que é efetuado o lançamento, 01 diz respeito ao mês do lançamento contabilístico e o 0001 equivale ao número sequencial gerado pelo ERP SAP Business One. A Figura 2 é apenas um exemplo da numeração de um documento contabilístico no diário.

Figura 2 - Exemplo de numeração de documento contabilístico



Fonte: Elaboração própria

3.2.2.1. Registo, Aprovação e Contabilização de Faturas de Exploração

As faturas dos fornecedores que resultam de aquisições podem ser enviadas para a CIREs por correio, correio eletrónico ou entregues em mão.

O procedimento de registo, contabilização e lançamento no ERP SAP B1 são efetuados pelo mesmo responsável.

O processo de registo das faturas consiste na seleção da conta de fornecedores a que uma determinada fatura diz respeito e respetivo terceiro. O número da fatura é inserido de forma a verificar se a fatura já foi registada, pois por vezes o fornecedor, por engano, pode enviar a mesma fatura mais que uma vez. Nesses casos, o sistema ERP SAP impede o registo de uma fatura em duplicado. É importante o processo de registo ser realizado sempre dentro dos mesmos parâmetros para evitar erros e manter assim uma estrutura uniformizada.

As faturas com encomenda são registadas, digitalizadas e contabilizadas pelo responsável.

As faturas sem encomenda são registadas, digitalizadas e enviadas ao responsável para que ele as aprove. As faturas de transportes são registadas e enviadas aos serviços logísticos para que sejam aprovadas.

Após a autorização/aprovação as faturas são classificadas de acordo com o plano de contabilidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) em vigor na CIREs, registando o custo na respetiva conta, os impostos, centro de custos e rubrica orçamental.

Durante este processo, existem faturas que podem não ser aprovadas para pagamento, sendo que apenas são aprovadas havendo indicação do responsável do setor.

Quando se trata de um novo fornecedor, é aberta uma conta de terceiros. O responsável que tem como função a abertura e manutenção das contas procede à abertura de uma ficha de terceiros, devendo garantir que os dados que nelas constam se mantêm atualizados, face aos dados fornecidos pelo terceiro.

No que diz respeito às faturas de compras para stocks, entregues pelo armazém, o responsável da contabilidade procede à confirmação do valor da compra de forma a garantir que os valores contabilísticos correspondem aos valores registados no inventário do armazém.

As faturas com encomendas para projetos de investimento são reencaminhadas para o respetivo responsável, pois requerem um tratamento diferente.

As faturas de serviços devem ser acompanhadas de uma requisição de armazém onde consta o respetivo centro de custo consumidor do serviço de forma a facilitar a contabilização no respetivo centro de custo e rubrica orçamental.

3.2.3. Procedimentos de Verificação de Contas Correntes de Clientes e Fornecedores - Circularizações

Um dos procedimentos básicos adotados na auditoria é a circularização. Este procedimento permite a obtenção e avaliação de uma prova externa através do recebimento de respostas de terceiros, em resultado de um determinado pedido de informação.

A CIRES endereça cartas (Anexo VII) a determinadas empresas com quem estabelece relações empresariais, como clientes, fornecedores, bancos, advogados, entre outros. São solicitados os extratos de conta corrente onde constam o registo da totalidade das transações realizadas em determinado período, bem como outras informações relevantes.

Estando a empresa sujeita a revisão legal de contas, é pedido que a resposta seja também endereçada à entidade auditora.

Para além da emissão das circularizações aos terceiros para o Processo de Auditoria e Certificação Legal de Contas, cujo controlo de resposta consta do mapa “Confirmação de Saldos – CIRES” (Figura 3), a empresa também tem como procedimento responder aos pedidos de clientes e fornecedores, sendo o seu registo controlado (Figura 4).

Figura 3 - Confirmação de saldos - CIRES

Confirmação de Saldos - Cires

Conta	Nº Terceiro	Entidade/Terceiro	Registo Saída	Registo Entrada	Data Circularização	Saldo Cires	Saldo Terceiro	Diferença Verificada	Justificação
Bancos									
1211	BCP	Millenium BCP Investimento	2021-12-16	2022-01-18	2021-12-31	5.776.698,72	5.776.698,72	0,00	
1212	Projectos	Millenium BCP Investimento	2021-12-16	2022-01-18	2021-12-31	19.001,19	19.001,19	0,00	
1221	USD	Millenium BCP Investimento	2021-12-16	2022-01-18	2021-12-31	52.205,59 USD	52.205,60 USD	-0,01	
1222	GBP	Millenium BCP Investimento	2021-12-16	2022-01-18	2021-12-31	£151.515,83	£151.515,84	-0,01	
Cientes									
21111	C00020	ADRETA PLÁSTICOS S.A.	2021-12-03	2022-01-21	2021-11-30	44.350,10	44.350,10	0,00	
21111	C00630	FERSIL - FREITAS & SILVA S.A.	2021-12-03	2022-01-21	2021-11-30	82.818,90	82.818,91	-0,01	
21111	C00780	SOMAPLA - SOCIEDADE INDUST	2021-12-03		2021-11-30			0,00	O terceiro não enviou informações.
21111	C01650	PLIMAT - PLASTICOS INDUSTRI	2021-12-03	2022-01-21	2021-11-30	1.638.688,91	1.591.256,17	47.432,74	A n/ fatura nº 1004444 foi contabilizada pelo cliente em Dezembro
21111	C03010	POLITEJO-INDÚSTRIA DE PLÁSTI	2021-12-03	2022-01-20	2021-11-30	1.296.048,77	519.679,77	776.369,00	A diferença refere-se a pagamentos feitos pelo terceiro ainda não contabilizados em novembro (FT nº4257,4258,4259 e 4374)
21111	C03910	CABOPOL - POLYMER COMPOUN	2021-12-03	2022-01-06	2021-11-30	1.153.473,90	1.153.473,90	0,00	
21111	C05830	PROADEC PORTUGAL, S.A.	2021-12-03	2022-01-05	2021-11-30	2.347.821,08	2.210.184,08	137.637,00	As nossas faturas nº 1004458, 1004487 e 1004514 ainda não contabilizadas pelo cliente.
21111	C06148	TMG - TECIDOS PLASTIFICADOS	2021-12-03		2021-11-30				O terceiro não enviou informações.
21111	C13810	COMPONIT, LDA	2021-12-03		2021-11-30				O terceiro não enviou informações.
21112	C02560	PLASTICOS FERRO, S.L.	2021-12-03	2022-01-06	2021-11-30	1.257.156,55	1.257.156,55	0,00	
21112	C03230	EXTRU, S.A.U.	2021-12-03		2021-11-30				O terceiro não enviou informações.
21112	C03610	TUBERIAS Y PERFILES PLASTIC	2021-12-03		2021-11-30				O terceiro não enviou informações.
21112	C11840	MOLECOR TECNOLOGIA, S.L.	2021-12-03		2021-11-30				O terceiro não enviou informações.
21112	C13840	ALUMINIOS CORTIZO, S.A.U.	2021-12-03	2022-01-20	2021-11-30	400.556,76	400.556,76	0,00	
21113	C01580	PLASTIMA, S.A.	2021-12-03		2021-11-30				O terceiro não enviou informações.
Fornecedores									
22111	F50592	PROZINCO - CONSTRUÇÃO E MA	2021-12-03	2022-01-07	2021-11-30	73.947,17	131.642,89	-57.695,72	As faturas do fornecedor de novembro ainda não contabilizadas (Nº 825/2021)
22111	F50079	TJA - TRANSPORTES J. AMARA	2021-12-03	2022-01-04	2021-11-30	142.423,83	301.281,33	-158.857,50	A diferença refer-se ao n/ pagamento de Novembro não estar contabilizado pelo fornecedor (PS 2374)
Seguradoras									
22111	F53122	Sompo Japan Nipponkoa Insuranc	2021-12-16		2021-12-31				O terceiro não enviou informações
278111	F00002	Verlingue Corretores de Seguros S	2021-12-16		2021-12-31	718,87	0,00	718,87	Este saldo encontra-se em aberto devido a acertos de anos anteriores.
22111	F51246	COSEC-COMP. de seguros de Cred	2021-12-16		2021-12-31	92,86	0,00	92,86	Este saldo encontra-se em aberto devido a acertos de anos anteriores.
Locadoras									
		Grenke Renting SA	2021-12-16		2021-12-31				O terceiro não enviou informações
		Arval BNP Paribas Group	2021-12-16		2021-12-31				O terceiro não enviou informações
		LeasePlan - Comércio Aluguer Aut	2021-12-16		2021-12-31				O terceiro não enviou informações
		Volkswagen Renting Unipessoal, L	2021-12-16		2021-12-31				O terceiro não enviou informações
Advogados									
278111	FA0012	Sociedade de Advogados Cáceres.	2021-12-16		2021-12-31				O terceiro não enviou informações
278111	FA0002	Pedroso Lima Sociedade de Advog	2021-12-16		2021-12-31	0,00	0,00	0,00	
278111	FA0004	Sofia Martins pedro Bayão Horta	2021-12-16		2021-12-31				O terceiro não enviou informações
278111	FA0016	Veira de Almeida	2021-12-16	2022-01-28	2021-12-31				O terceiro não enviou informações
Grupo e outras entidades relacionadas									
21132	C03310	COMPUESTOS Y GRANZAS, S.A.	2021-12-16		2021-12-31	1.992.751,22	1.992.751,22	0,00	
22132	F03310	COMPUESTOS Y GRANZAS, S.A.	2021-12-16		2021-12-31	1.604.088,89	1.604.088,89	0,00	
21123	C05054	SHIN-ETSU INTERNATIONAL EU	2021-12-16		2021-12-31				O terceiro não enviou informações
21123	C11930	SHIN-ETSU PVC, B.V.	2021-12-16		2021-12-31				O terceiro não enviou informações
21123	C01090	SHIN-ETSU CHEMICAL CO., LTD.	2021-12-16		2021-12-31				O terceiro não enviou informações

Fonte: CIRES

Figura 4 - Confirmação de saldos - Terceiros

Confirmação de Saldos - Terceiros (respostas)

Entidade/Terceiro	Conta	Nº Terceiro	Reg. Entrada	Reg. Saída	Data Circularização	Sld Terceiro	Sld Círculos	Diferença Verificada	Justificação	Observação
Proadac Portugal, S.A.	21111	C05830	2021-11-30	2021-12-10	2021-11-30		2.347.821,08	-	O terceiro não enviou a informação.	N/Ref. DAF-2007/2021-RC
Perplastic Compounding SRL	21111	C14190	2021-12-02	2021-12-16	2021-10-31	253.385,00	253.385,00	0,00	O terceiro não enviou a informação.	N/Ref. DAF-2008/2021-RC
TJA - Transportes J. Amara, S.A.	22111	F50079	2021-12-17	2021-12-17	2021-10-31	269.005,44	165.069,74	-93.935,70	O terceiro não enviou extrato.	N/Ref. DAF-2010/2021-RC
ACI - Automotive Compounding Industry, Lda	21111	C13070	2022-01-07	2022-01-12	2021-12-31		473.330,11	-	O terceiro não enviou a informação.	N/Ref. DAF-2013/2021-RC
SIOFAB - Indústria de Revestimentos Têxteis, S.A.	21111	C07320	2022-01-11	2022-01-12	2021-12-31		0,00	-	O terceiro não enviou a informação.	N/Ref. DAF-2014/2021-RC
Baqelite Lda, S.A.	21111	C00080	2022-01-14	2022-01-17	2021-12-31		181.674,09	-	O terceiro não enviou a informação.	N/Ref. DAF-2015/2021-RC
Nordramen Portugal S.A.	22111	F50324	2021-01-13	2022-01-17	2021-12-31		58.209,75	-	O terceiro não enviou a informação.	N/Ref. DAF-2016/2021-RC
Soprema SRL	21112	C05980	2022-01-14	2022-01-17	2021-12-31		353.808,96	-	O terceiro não enviou a informação.	N/Ref. DAF-2017/2021-RC
Pergas GmbH	22112	F50034	2022-01-11	2022-01-17	2021-12-31	159.970,00	159.970,00	0,00	O terceiro não enviou a informação.	N/Ref. DAF-2018/2021-RC
Saroesa Europa, S.L.U.	22112	F51848	2022-01-17	2022-01-17	2021-12-31		48.786,00	-	O terceiro não enviou a informação.	N/Ref. DAF-2019/2021-RC
Saroesa Europa, S.L.U.	278121	C51848	2022-01-17	2022-01-17	2021-12-31		0,00	-	O terceiro não enviou a informação.	N/Ref. DAF-2019/2021-RC
Liderister, Lda	22111	F50566	2022-01-21	2022-01-25	2022-12-31		84.489,92	-	O terceiro não enviou a informação.	N/Ref. DAF-2050/2021-RC
SGS ICS, Serviços Internacionais de Certificação, Lda	22111	F53170	2022-01-18	2022-01-25	2022-11-30		-	-	O terceiro não enviou a informação.	N/Ref. DAF-2051/2021-RC
Limalog - Transportes, Lda	22111	F52869	2022-01-20	2022-01-25	2021-12-31	35.551,05	32.130,05	-3.421,00	O terceiro não enviou extrato.	N/Ref. DAF-2052/2021-RC
Monteiro Ribas - Revestimentos, S.A.	21111	C11180	2022-01-24	2022-01-25	2021-12-31		39.721,37	-	O terceiro não enviou a informação.	N/Ref. DAF-2053/2021-RC
Hidracina, S.L.	21112	C05310	2022-01-26	2022-01-28	2021-12-31		0,00	-	O terceiro não enviou a informação.	N/Ref. DAF-2055/2021-RC
IHT, Lda	21111	C12610	2022-01-26	2022-01-28	2021-12-31		0,00	-	O terceiro não enviou a informação.	N/Ref. DAF-2056/2021-RC
IHT, Lda	22111	F53279	2022-01-26	2022-01-28	2021-12-31		0,00	-	O terceiro não enviou a informação.	N/Ref. DAF-2056/2021-RC
Vareap Ibérica - Transitários, S.A.	22111	F53212	2022-01-27	2022-01-28	2021-12-31		94.275,35	-	O terceiro não enviou a informação.	N/Ref. DAF-2057/2021-RC
Rendit Hispania S.A.U	211112	C03830	2022-01-24	2022-01-28	2021-12-31		35.510,32	-	O terceiro não enviou a informação.	N/Ref. DAF-2058/2021-RC

Data 28/01/2022

Elaborado por:

Aprovado por:

Fonte: Elaboração Própria

A evidência corroborativa obtida de fontes independentes externas à empresa proporciona maior segurança, do que aquela que é obtida exclusivamente dentro da empresa, pelo que faz parte do controlo interno exigido pelo acionista a evidência do trabalho executado nesta área, conforme consta nos quadros das Figura 3 e Figura 4. Estes dois documentos fazem parte de um conjunto de procedimentos exigidos pelo acionista que são agrupados no documento “*The Tasks checklists - Verification of closing balance – Accounts receivable and Accounts payable*” (Anexo VIII).

3.2.4. Convenções Dupla Tributação

As convenções são os procedimentos com maior importância para um Estado efetivar a sua política fiscal em contexto internacional. Trata-se de acordos realizados entre duas partes interessadas e têm como objetivo principal suprimir a dupla tributação (Silva, 2017).

Dupla tributação significa a incidência de impostos em dois ou mais países, relativamente ao mesmo contribuinte. Portugal, membro fundador da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), tem cerca de 80 convenções assinadas com países de toda a parte do mundo (AICEP Portugal Global, www.portugalglobal.pt).

Estes acordos bilaterais destinam-se à eliminação ou redução da dupla tributação internacional através da imposição de restrições aos direitos e taxas de tributação e da obrigação incumbida sobre o país de residência de conceder uma isenção ou crédito fiscal pelos impostos pagos no país da fonte. A fixação de residência em território nacional implica que a totalidade dos rendimentos obtidos por pessoas de outros países possa ficar sujeita a tributação neste país, originando assim a dupla tributação (Silva, 2017).

De forma a evitar o acima descrito, foram criadas as convenções para evitar a dupla tributação (CDT) que permitem que os rendimentos obtidos em Portugal por parte de um cidadão estrangeiro, oriundo de um país com o qual Portugal tenha uma CDT, beneficiem de taxas de retenção mais baixas (AICEP Portugal Global, www.portugalglobal.pt).

As convenções que visam eliminar ou moderar a dupla tributação são um dos principais métodos para um país implementar as suas políticas fiscais a nível internacional. A aplicação destas convenções propicia o desenvolvimento normal das economias internacionais, de forma a não haver obstáculos às transações entre diversos países. Além de prevenir a dupla tributação, as convenções têm também como objetivo impedir a evasão fiscal e equilibrar o sistema fiscal dos Estados-Membros contratantes (Silva, 2017).

Na CIRES, quando ocorre a prestação de um serviço por parte de um fornecedor estrangeiro novo ou já existente, mas em que a convenção já não é válida (o Modelo RFI (Anexo IX) tem apenas validade de um ano), procede-se ao pedido de ativação da convenção através de emissão de carta ao prestador de serviço (Anexo X).

A carta explica o objetivo do documento, reforçando que o beneficiário dos rendimentos deve proceder ao preenchimento do formulário bem como obter junto das autoridades fiscais do seu país o Certificado de Residência Fiscal que prove que é residente nesse país e aí sujeito a imposto. A CIRES antes de efetuar o pagamento de qualquer fatura (serviços, comissões) tem de ter na sua posse estes documentos, por forma a isentar a retenção de imposto em Portugal relativamente àqueles rendimentos.

Existe também o Modelo 01-DJR que se destina a pedir uma redução/isenção da taxa de retenção na fonte de IRC, no que respeita a pagamentos de juros ou *royalties* feitos entre sociedades dos diferentes Estados-Membros da União Europeia.

3.2.5. Panorâmica do Dossier Fiscal de Preços de Transferência

Os preços de transferência definem-se como os preços praticados por uma dada entidade na compra e venda de bens, direitos ou serviços a outra entidade com a qual estabelece uma relação especial. Uma relação especial dá-se quando uma entidade tem a autoridade de exercer, direta ou indiretamente, uma influência notória nas decisões de gestão da outra entidade (Almeida, 2011).

O Dossier Fiscal de Preços de Transferência (DFPT) do ano N+1 deve ser organizado por empresas que apresentem um valor anual de vendas líquidas e outros proveitos iguais ou superiores a 3 milhões de euros no ano anterior (N). O principal objetivo deste Dossier é confirmar que as condições praticadas nas transações são compatíveis com o princípio de plena concorrência² e, nas situações em que tal não acontece, reconhecer os ajustamentos à matéria coletável (Moneris, 2020).

De acordo Decreto-Lei N°159/2009 (2009), para definir os termos e condições que seriam acordados, aceites ou praticados entre entidades independentes, o sujeito passivo deve adotar métodos capazes de garantir o maior grau de comparabilidade entre as operações que efetua, tendo em consideração a natureza da operação e a disponibilidade de informações fiáveis.

Os preços de transferência podem ser utilizados para transferir lucro, indiretamente, entre empresas que estão relacionadas entre si ou para diminuir custos, transferindo os rendimentos que a empresa obtém para a sua associada pois encontra-se num país onde a taxa e imposto é menor. Os preços de transferência incorrem na possibilidade de serem elementos integrantes no plano fiscal abusivo de uma entidade (Gherbovetchi, 2020).

Por este motivo, os governos têm cada vez mais atenção à questão na neutralidade fiscal entre empresas relacionadas, evitando situações de evasão fiscal e aproveitamento de regimes tributários mais favoráveis.

De forma a garantir que as transações intragrupo são efetuadas corretamente para efeitos fiscais, os preços de transferência entre a CIREs e os seus fornecedores (Shin-Etsu International Europe B.V. e Shin-Etsu PVC B.V.) devem-se aproximar dos preços FOB³ e CIF⁴ de mercado de VCM.

A CIREs, todos os anos, organiza o DFPT, documento que integra as operações diretamente relacionadas com a compra de VCM e com a venda de resinas de PVC às empresas associadas, e que representam um impacto significativo nos resultados da Empresa.

Durante o estágio, foi elaborado um ficheiro relativo às Compras Intragrupo de VCM para DFPT de 2019 e 2020.

² O princípio da plena concorrência exige que os termos e condições estabelecidos nas transações sejam idênticos aos que se aplicam na ausência de relações especiais.

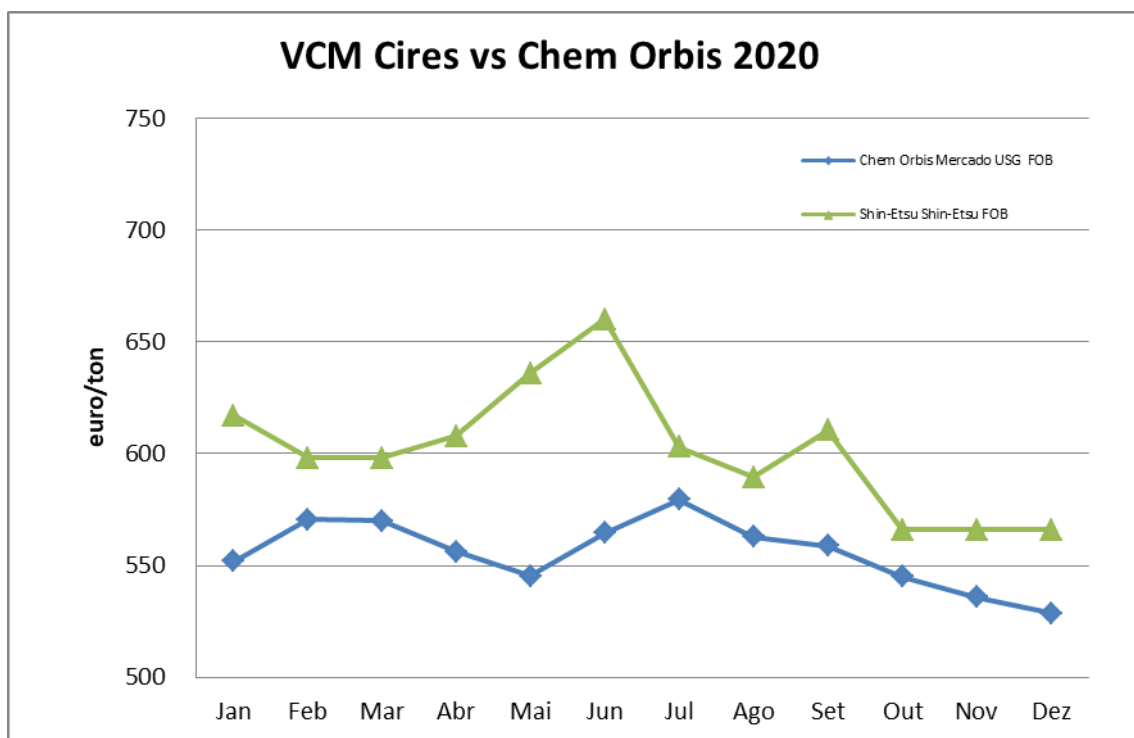
³ Tipo de contrato de transporte em que os custos inerentes são pagos pelos clientes.

⁴ Tipo de contrato de transporte em que os custos inerentes são pagos pela empresa fornecedora.

Para a realização desta atividade, foi necessário aceder ao extrato da conta corrente de terceiros, mais concretamente aos fornecedores. Os extratos evidenciam as compras de VCM que a CIRES efetuou à empresa-mãe. Tendo em conta a informação presente no extrato, procedeu-se à recolha de todas as faturas e respetivas notas de encomenda para o preenchimento de um ficheiro Excel (Anexo XI) referente ao DFPT 2019 e 2020.

Este documento Excel pretende individualizar as compras de VCM aos preços FOB e CIF. Os preços praticados são comparados com os valores de mercado FOB e CIF desta *commodity* disponibilizados pela entidade “Chem Orbis” nas publicações internacionais para o sector. Assim é possível verificar se existem grandes desvios entre os preços praticados entre Shin-Etsu PVC/CIRES ou Shin-Etsu International Europe B.V/CIRES e os preços do mercado.

Figura 5 – Preços de VCM CIRES vs Chem Orbis em 2020



(Fonte: SAP)

Assim, pela análise aos preços de referência do mercado e aos preços de compra praticados pela CIRES em 2020, é razoável concluir pela Figura 5 que o *pricing* subjacente às operações que a empresa realiza com as entidades relacionadas segue, de uma forma geral, a tendência definida pelo mercado, sendo, contudo, mais elevado.

3.2.6. Noção das Atividades de Reporting Mensal/ Trimestral e Anual

3.2.6.1. Performance Report

A organização interna da estrutura dos centros de custos permite à CIRES elaborar um documento de extrema importância na análise do desempenho da empresa, designado *Performance Report*, com periodicidade mensal.

Para melhor conhecimento foi analisada a estrutura da contabilização das faturas, por forma a garantir que o sistema SAP B1 forneça relatórios fidedignos.

No Anexo XII consta a fatura do fornecedor INF com a seguinte classificação: 6235/MANPS2/022107.

Quando é efetuado o *input* é necessário identificar o respetivo centro de custo (CC) e rubrica orçamental (RO). Esta identificação permite que todos os *inputs* acumulem no respetivo CC e RO as respetivas despesas, por forma a ser extraído do SAP o *Performance Report*.

A Figura 6 é um exemplo de documento extraído do SAP com o resumo dos custos por Centro de Custo.

Figura 6 - Custos por Centro de Custo

Centro de custo	Custos
C.C Administrativos	
099ADM-Cust.Adm - Administração	423.895,61
001DGI-Cust.Adm - Dir. Geral Indust.	142.420,20
004DVM-Cust.Adm - Dir. Vendas e Mark	13.425,11
008DPP-Cust.Adm - Dir. Plan. Projetos	124.832,05
009DES-Cust.Adm - Dir.Desenvolvimento	91.529,59
010AT-Cust.Adm - Assist. Técnica	17.247,16
019LE-Cust.Adm - Laboratório Ensaios	44.372,10
021LT-Cust.Adm - Laboratório Tecnol	41.397,34
022IP-Cust.Adm - Instalação Piloto	3.995,19
011DSA-Cust.Adm - Segurança	195.300,41
012DAMB-Cust.Adm - Ambiente	119.169,15
017EF-Cust.Adm - Escritório Fábrica	2.373,27
018EL-Cust.Adm - Escritório Lisboa	17.338,27
C.C Manutenção	
MANPS1-Custos Mant. - PS1	201.028,88
MANPS2-Custos Mant. - PS2	735.712,57
MANSEG-Custos Mant. - Segurança	25.845,65
MANSUB-Custos Mant. - Sub-Estação	11.490,00
C.C Produção (fixos e variáveis)	
CF-HSE-Custo Fixo - HSE	181.582,61
CF-Prod-Custo Fixo - Produção	832.046,22
CV-AD-Custo Variável - Água Desioniz	54.459,53
CV-AF-Custo Variável - Água Filtrada	511.182,09
CV-Efl-Custo Variável - Efluentes	438.609,95
CV-Elec-Custo Variável - Electricidade	3.628.630,90
CV-Vap-Custo Variável - Vapor	3.298.915,30
C.C Embalagem	
E-Gp-PVC-Embalagem PVC Gp-PVC	1.100.498,63
E-Sp-PVC-Embalagem PVC Sp-PVC	184.785,10
E-E-PVC-Embalagem PVC E-PVC	341.050,33

Fonte: SAP

Este relatório, que transmite o desempenho da organização, é elaborado mensalmente e faz referência a todos os documentos do centro de custos da empresa.

A informação presente nos relatórios é baseada na informação que consta no sistema ERP SAP Business One. O sistema contabilístico SAP está subdividido em dimensões como mercados, centros de custo, formações, entre outros.

Se selecionada a dimensão centros de custo, é possível obter as despesas que a organização suportou num determinado horizonte temporal. Assim, é possível obter valores respeitantes a diferentes centros de custo:

- Vendas por mercado;
- Vendas por grupo de produtos;
- Custos variáveis de venda;
- Custos variáveis de produção;
- Custos de embalagens;
- Custos dos salários;
- Custos administrativos;
- Custos com depreciações dos AFT.

O mapa “NET BACK” (Figura 7) indica as receitas das vendas de cada gama de produto, bem como os gastos relativos a esses produtos e respetivos mercados.

Figura 7 - Mapa "NET BACK"

NET BACK - December 2021
S-PVC GP dez-21

Market	Tones	Gross Value	Sales Returns	Discounts	Provisions Discounts	Net Sales(1)	UnitPrice	Packaging			Freight Clearance/ insurance	Commiss	Warehouse		Net Back Total
								Materials	External Labour	Electric.			Rent & Services	Credit Insurance	
Portugal															
Spain															
France															
UK															
Italy															
Benelux															
Others UE															
Switzerland															
Turkey															
Poland															
Others Europe															
Brazil															
Maghreb															
Others															
PROCESSING															
TOTAL															

Fonte: SAP

A Figura 7 é um exemplo da informação produzida relativa às vendas de produtos (gama) S-PVC GP por mercado (países) sendo visível a repartição dos custos da embalagem (materiais, eletricidade e mão de obra), bem como o custo dos fretes, das comissões do seguro de crédito entre outros.

3.2.6.2. Controlo Orçamental – Atividade Operacional (OPEX)

O controlo orçamental é um instrumento de extrema importância que permite aos gestores um planeamento e controlo eficaz do orçamento da sua organização.

É um método utilizado pelas empresas para acompanhar ao longo do tempo o desempenho e a evolução do orçamento anual, observando a evolução dos resultados económico-financeiros. Este instrumento permite comparar as previsões realizadas no orçamento anual com a *performance* real da empresa, efetuando as devidas correções caso seja necessário, de forma a eliminar ou minimizar certos desvios. Os desvios orçamentais permitem obter informação mais específica em relação ao desempenho das áreas onde as operações não decorrem conforme o planeado (Almeida, 2019).

O controlo orçamental realizado pela CIRES faz referência às rubricas constantes da Figura 8 representadas no Orçamento.

Figura 8 - Rubricas do controlo orçamental da CIRES

01	Operation
02	Maintenance
03	Quality, R&D
04	Site Services Agreements
05	IT
06	Plant Overhead
07	Insurance & Property Tax
08	Other
09	HR Management
10	Site Management Allocation
11	RSA
12	Depreciation
13	Personnel
14	Vehicles Expenses

Fonte: SAP

Mensalmente, a CIRES realiza um mapa de controlo orçamental (Anexo XIII).

É com base neste documento que a Direção monitoriza e analisa o desempenho da empresa a vários níveis. Qualquer desvio verificado tem de ser justificado e caso se justifique, tem de se pedir um reforço orçamental.

Este controlo orçamental é maioritariamente relativo à atividade operacional da CIRES.

3.2.7. Processo de Consolidação

A consolidação de contas é um conjunto de processos que possibilitam a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas para um grupo de sociedades, grupo esse que é visto como se de uma única organização se tratasse (Silva, 2018).

Tem como principal objetivo apresentar aos usuários das demonstrações financeiras a situação financeira, o desempenho e os fluxos de caixa do grupo. A consolidação permite demonstrar informações fiáveis e relevantes quer sobre a situação patrimonial quer financeira (Silva, 2018).

A consolidação de contas permite dar a conhecer a realidade financeira e económica do Grupo, sendo que pode também ser considerada um instrumento de gestão e de controlo interno (Silva, 2018).

A CIREs, empresa-mãe do Grupo CIREs, realiza trimestralmente um processo de consolidação que consiste em agregar as contas da empresa com as suas subsidiárias (Previnil, Bamiso e Cygsa) de forma a que as contas representem a situação financeira e os resultados das operações do Grupo como se de uma única entidade se tratasse, pretendendo apresentar os resultados das operações que as empresas do Grupo tiveram com terceiros.

Este processo tem várias etapas:

- Reconciliação das contas;
- Anulação de transações e saldos;
- Uniformização dos métodos contabilísticos;
- Anulação das participações financeiras e Método de Equivalência Patrimonial (MEP⁵).

A CIREs na preparação do processo de consolidação usa um software específico para o efeito, onde para cada período de consolidação é feito um *input* das DF's de cada empresa que incorpora o perímetro, bem como de todas as transações ocorridas no ano e dos saldos existentes entre as diversas filiais. Deste processamento resultam os seguintes documentos:

- Diário de Lançamentos (ajustamentos da consolidação);
- Balanço Consolidado;
- Demonstração dos Resultados Consolidados;
- Diversos anexos.

⁵ No MEP os investimentos financeiros são mensurados pelo seu valor contabilístico.

4. ESTUDO DE CASO

4.1. Controlo Interno de Investimentos em AFT's

Tendo em conta que a CIRES é uma indústria de capital intensivo, representando a rubrica dos Ativos Fixos Tangíveis (AFT) cerca de 34% do total do ativo, é exigida que seja desenvolvida uma abordagem rigorosa em matéria de avaliação de riscos e consequente implementação e monitorização de um sistema de controlo interno. Sendo certo que, tratando-se de bens de longa duração e elevado valor monetário, a aquisição terá de ser autorizada pelo responsável máximo da empresa. A segregação de funções bem como a definição de políticas que permitam garantir que os bens do imobilizado se encontram em condições de uso e sujeitos a verificação física, são condição necessária para a salvaguarda dos ativos, bem como para permitir adequada cobertura das apólices de seguros existentes na empresa.

4.2. Procedimentos Gerais

Planeamento e Controlo Orçamental de Investimentos

Anualmente a DPP (Direção de Planeamento e Projetos) em colaboração com a DGI (Direção Geral Industrial) elaboram o orçamento de investimentos e submete-o a aprovação do CG (Conselho de Gerência) onde está representado o acionista (Shin-Etsu). Este deve estar em linha com o plano estratégico definido pelo acionista. Se for aprovado pelo CG, a DPP envia exemplares para os diversos departamentos afetos aos investimentos (DAF - Direção Administrativa e Financeira e DA - Divisão de Aprovisionamentos).

É da competência da DA o controlo da emissão de encomendas para que os limites aprovados por projeto não sejam ultrapassados. A DAF deve preparar o relatório do controlo orçamental dos investimentos efetuados e submetê-lo à DPP. Com periodicidade mínima trimestral, o responsável da DPP deve promover o controlo orçamental e análise dos desvios dos investimentos, terminados ou em curso, de forma a serem revistos pela DGI antes de ser enviado para o acionista.

Registos Legais Obrigatórios

A DAF é responsável por providenciar a efetivação dos registos relativos aos investimentos sujeitos a registo, entre os quais:

- Terrenos e edifícios;
- Veículos;
- Marcas e patentes;
- Ações nominativas;
- Quotas.

A DAF deve manter os registos atualizados. Para o efeito, devem ser solicitadas confirmações externas, no caso dos terrenos e edifícios, às respetivas conservatórias sempre que a empresa apresenta contas ao exterior, as quais devem ser comparadas com o constante nos registos contabilísticos.

Contabilização dos Investimentos

É da responsabilidade da DAF, com base nos documentos que respeitam a transações, promover o registo contabilístico dos investimentos de acordo com os princípios contabilísticos e critérios valorimétricos. Os registos contabilísticos devem ser sempre suportados por documentos externos, com exceção de correções ou dotações internas, que devem ficar anexadas às respetivas Notas de Lançamento.

Antes das operações de encerramento de contas, que se realizam mensalmente, é da competência da DAF analisar o balancete analítico, de forma a verificar a razoabilidade dos respetivos valores. Os documentos, depois de conferidos, devem ser assinados pelo responsável.

Garantias

Compete ao acionista deliberar a concessão de Garantias sobre ativos fixos.

Após deliberação/aprovação do CG e do acionista deve ser solicitada à DAF a execução dos trâmites necessários à formalização da Garantia. A DAF deve manter uma lista de todas as Garantias concedidas e obtidas, que será atualizada sempre que ocorram factos com elas relacionadas.

Trimestralmente, a DAF consulta a lista de Garantias de forma a verificar se existe a necessidade de efetuar alterações. Caso os factos que originaram algumas das Garantias deixem de se verificar deve providenciar-se a sua imediata anulação.

Compete ao DPP no caso da aquisição de investimentos e dentro do processo de negociação, exigir garantias aos seus fornecedores e proceder ao seu controlo. A guarda destas garantias compete à DAF. As Garantias sobre ativos fixos concedidas, devem ser mencionadas no anexo ao Balanço e à Demonstração dos resultados.

Pagamentos

Todos os documentos relativos a despesas de investimentos devem ser rececionados pela DAF, que os remete ao Gestor de Projeto, que tem o máximo de 15 dias para os conferir e aprovar.

Depois de aprovados, os documentos devem ser remetidos para a DAF, que procede à respetiva contabilização. Após a aprovação de pagamento são enviados para a Tesouraria que procede à sua liquidação, fazendo com que, na medida do possível, os prazos de pagamento previamente estabelecidos sejam cumpridos de forma a serem aproveitados possíveis benefícios/descontos.

Incentivos ao Investimento

É da responsabilidade da DAF conjuntamente com o DPP efetuar uma análise de todos os incentivos passíveis de enquadramento no investimento a realizar.

A DPP estuda as possibilidades de obter incentivos que se enquadrem no âmbito de cada projeto, e o qual se espera que possam resultar benefícios para a empresa.

São efetuados estudos por parte da DPP, sendo que os resultados desses estudos devem ser objeto de relatório e posteriormente serem comunicados ao acionista.

Todo o processo de pedido de incentivos ao investimento deve ser coordenado pela DGI.

A aprovação do incentivo por parte das entidades governamentais deve ser comunicada à DAF, de forma que esta acompanhe todo o processo, elaborando o dossier de comprovantes e controlando o registo de todos os recebimentos inerentes.

Seleção de Fornecedores

A seleção de fornecedores deve ser feita de forma a obter otimização para a atividade da empresa. Posto isto, a DA deve elaborar uma listagem de fornecedores, onde para além do nome, devem constar os tipos de trabalhos por eles desenvolvidos, o tempo de execução normal e a avaliação da empresa em função de trabalhos contratados anteriormente com os mesmos.

Com base na listagem, cabe à DA efetuar a seleção de pelo menos três fornecedores, aos quais devem ser pedidos orçamentos.

As propostas recebidas devem ser analisadas pelo Gestor de Projeto na sua vertente técnica e pela DA na sua vertente comercial. O Gestor de Projeto deve emitir um parecer em relação às propostas que considera mais adequadas. Durante o processo de seleção e de negociação com os potenciais fornecedores deve haver cooperação entre a DPP e a DA.

A seleção final é feita em conjunto pelo Gestor de Projeto e pela DA se o valor da encomenda for inferior a 25 mil euros. Se o valor for superior a 25 mil euros, cabe à DGI a aprovação final.

O processo de seleção e todos os elementos que dele façam parte, incluindo processos técnicos e aprovações, devem ser devidamente arquivados, cabendo a sua manutenção à DA.

No final de cada projeto, cabe ao Gestor de Projeto efetuar uma avaliação dos trabalhos executados pelo(s) fornecedor(es) contratado(s), que inclua:

- Tipo de trabalho executado ou equipamento fornecido;
- Qualidade;
- Tempo de execução;
- Respeito pelas normas de segurança e condições ambientais.

Esta informação é utilizada para atualizar a base de dados de Fornecedores.

4.3. Procedimentos de Investimentos/Desinvestimentos Financeiros

Aquisições/venda de Investimentos Financeiros

Cabe ao acionista a decisão final de Aquisição/Alienação de investimentos financeiros. É da responsabilidade do mesmo a execução dos procedimentos necessários à operação e à receção e conferência dos documentos e títulos resultantes da transação.

Os procedimentos de carácter jurídico são executados ou controlados por advogado(s) expressamente nomeado(s) pela empresa para o efeito.

Registo e Salvaguarda dos Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros resumem-se às participações financeiras detidas nas filiais. Compete ao acionista nomear representantes da CIREs para a gestão/direção das filiais.

A DAF deve manter um registo de todos os movimentos de investimentos financeiros, que deve ser atualizado sempre que se verificarem alterações.

Compete à DAF acompanhar a evolução das contas das filiais, fazer o controlo orçamental, emitindo instruções escritas sobre eventuais correções, investigando e corrigindo eventuais divergências.

Mensalmente, a DAF apresenta as DF's das suas filiais juntamente com as DF's da empresa-mãe.

Apuramento do Rendimento dos Investimentos Financeiros

A DAF mantém a atualização do valor das participações financeiras em função da performance das participadas, através do Método de Equivalência Patrimonial.

A empresa-mãe apresenta contas consolidadas, onde são espelhados os efeitos totais do Grupo CIREs.

4.4. Procedimentos de Investimentos/Desinvestimentos em Ativos Fixos Tangíveis

Pedidos de Autorização de Investimento

Todos os anos ocorre a aprovação do orçamento de investimento geral “*Capex 2021 Project Codes - Running investments*” (Anexo XIV). Todos os investimentos previstos constam nesse documento e são objeto de submissão à aprovação do acionista. Para despoletar o início de um projeto de investimento é exigido o preenchimento da “*Application Form – Investment in Property, Plant & Equipment (CAPEX)*”, sendo da responsabilidade da DPP preencher e assinar a respetiva folha, bem como submetê-la a aprovação. Caso o valor do investimento não ultrapasse 100 mil euros a aprovação cabe à DGI, se ultrapassar, terá de ser aprovado pelo CG.

Depois de aprovado, compete ao Gestor de Projeto, após a receção assinada da “*Application Form – Investment in Property, Plant & Equipment*” (CAPEX), distribuí-la pela DA e DAF, bem como acompanhar todo o processo e observar os respetivos procedimentos.

Todos os desinvestimentos/abates para serem executados são objeto de aprovação através do preenchimento da folha “*Report of Disposal of Movements of Fixed Assets*” (Anexo XV).

Encomenda/Documento de Venda

Encomenda – Após o processo de seleção dos fornecedores, o Gestor de Projeto deve proceder à emissão de uma requisição a compras para a DA, à qual compete a emissão de uma encomenda, que tem como destinatários: Fornecedor, DA, DAF, Gestor de Projeto, Armazém e DPP.

A cópia destinada à DAF tem por finalidade o controlo do orçamento de tesouraria e apoiar a conferência e contabilização da fatura, após confirmação de receção.

A cópia destinada ao armazém tem como finalidade controlar a receção dos bens.

No caso de aquisição de terrenos ou edifícios, cabe à DGI, com o apoio de advogados, elaborar um Contrato-Promessa de compra e venda que defina as condições acordadas e a data da escritura.

Documento de Venda – A DAF, após a receção da folha de controlo de desinvestimento “*Report of Disposal of Movements of Fixed Assets*”, devidamente aprovada, procede à emissão da fatura e respetiva contabilização.

O controlo sobre a entrega dos bens alienados é da responsabilidade do requerente, o qual deverá garantir da negociação da sua boa cobrança, bem como comunicar à DAF as condições e vencimento.

Nas alienações de terrenos e edifícios, é responsabilidade da DGI providenciar a elaboração de um Contrato-Promessa de compra e venda que estipule as condições acordadas e a data da escritura e obter as assinaturas do CG e do outro outorgante.

A escritura é outorgada pelo CG ou por um representante, sendo a cópia autenticada enviada à DAF para que esta efetue o registo contabilístico.

O documento original do Contrato-Promessa e a cópia autenticada da escritura são mantidos pela DAF e são anexados à folha de controlo de desinvestimento “*Report of Disposal of Movements of Fixed Assets*”.

Controlo de Receção

O controlo de receção pode ser subdividido em:

Receção de terrenos e edifícios – A escritura deve ser outorgada pelo CG ou por um representante, em colaboração com advogados, que envia uma cópia autenticada para a DAF, competindo à mesma proceder ao respetivo registo contabilístico. As cópias autenticadas do Contrato-Promessa e da escritura são mantidas pela DAF, e são anexadas à folha “*Application Form – Investment in Property, Plant & Equipment (CAPEX)*” em seu poder.

Receção de obras – Os procedimentos de controlo de receção passam pela elaboração mensal de autos de medição, onde consta a informação relativa ao projeto, que são assinados pelo empreiteiro e pelo Gestor de Projeto.

Receção de outros bens – A DA compara as quantidades rececionadas com os dados da Guia de Remessa ou Fatura do Fornecedor e com os dados da Encomenda. Após a receção dos bens, o recetor assina a Guia de Remessa e envia-a para a DAF de forma a ser conferida com a fatura. A receção é validada na Guia de Remessa ou Fatura de Fornecedor, à qual é atribuída um número sequencial e enviada para a DAF, sendo uma cópia arquivada por ordem numérica pelo Departamento recetor. Se o recetor verificar que os bens não se encontram em bom estado, a DA procede à emissão da Nota de Devolução onde consta a informação relativa aos bens assim como o motivo da devolução.

Conferência de Faturas

As faturas de compra são rececionadas na DAF, que as envia para o Gestor de Projeto, a fim de serem conferidas em tempo útil e no prazo máximo de 15 dias, com as Guias de Remessa, a ordem de compra ou com atos de medição.

A DAF mantém um arquivo dos documentos enviados aos Gestores de Projeto para aprovação, que tem como finalidade o controlo da sua receção. Se os documentos forem concordantes, procede-se à respetiva contabilização. Se discordantes, compete ao responsável pela sua emissão o esclarecimento e respetiva contabilização em “Fornecedores – Faturas em Receção e Conferência”, até que a situação esteja esclarecida. Após o esclarecimento da discordância procede-se à transferência para a respetiva conta por anulação de “Fornecedores – Faturas em Receção e Conferência”. Para o efeito a DAF explicita na Fatura a resolução da discordância assinando-a como forma de comunicar a sua aprovação definitiva.

Cálculo de Imputações

Quando as despesas são imputáveis a mais que um projeto, são distribuídas em função de um critério definido pelo Gestor de Projeto. A definição e aprovação do critério é efetuada por escrito

devendo constar nos registos contabilísticos, ficando anexada aos documentos suporte dos lançamentos.

Alterações ao Orçamento de Investimento

É da competência do CG, sob proposta dos responsáveis do investimento, deliberar sobre a alteração aos investimentos inicialmente orçamentados, obrigando à formalização de novo pedido de investimento.

A aprovação de alterações em projetos orçamentados de pequena dimensão é feita pela DGI.

Finalização do investimento

Na entrada em funcionamento dos investimentos é elaborado um Auto de Receção, pelo Gestor de Projeto, independentemente de terem ou não sido debitadas a totalidade das despesas a ele inerentes, sendo que quaisquer discordâncias relativas ao investimento inicialmente previsto são nele mencionadas.

Do Auto de Receção é enviada cópia à DAF que, conjuntamente com a comunicação do gestor do projeto, considera a obra como concluída, procedendo ao registo da transferência de obras em curso para Imobilizado firme.

Capitalização de Trabalhos para a Própria Empresa e de Encargos Financeiros

Compete ao CG, sob proposta da DAF, decidir a imobilização de custos através da utilização da rubrica “Trabalhos para a Própria Empresa” e sobre a imobilização de encargos financeiros.

Para o efeito a DAF elabora documentos onde constam as rubricas e valores a imobilizar, o qual será aprovado pelo CG e suporta o respetivo registo contabilístico.

Os valores que constam nesse documento devem ser facilmente identificáveis com os registos contabilísticos.

Amortizações

É da competência do CG, sob proposta da DAF, definir a política de amortizações do imobilizado.

Compete à DAF elaborar mapas de amortizações que obedeçam aos requisitos legais e ao definido pelo CG, devendo ser elaborados sempre que a empresa apresente contas para o exterior.

Mensalmente, a DAF estima o valor das amortizações, que são registadas contabilisticamente.

Sempre que são calculadas amortizações, compete à DAF comparar o suporte de cálculo com os registos contabilísticos e reexecutar alguns cálculos de modo a confirmar a correção dos cálculos e das taxas utilizadas.

O critério de amortização adotado deve ser consistente ao longo dos exercícios. Caso exista derrogação do mesmo este facto deve ser mencionado no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, sendo ainda mencionado o seu efeito nas respetivas Demonstrações Financeiras.

Registo e Salvaguarda dos Ativos Fixos Tangíveis

Cadastro de Imobilizado

É da competência da DAF manter um cadastro de imobilizado devidamente atualizado. São registadas no cadastro todas as aquisições/alienações/abates dos ATF's da empresa, assim como as diversas alterações de localização ou de valor dos bens.

O cadastro de imobilizado deve conter, pelo menos, a seguinte informação:

- Descrição do bem e sua localização;
- Nome do fornecedor;
- Data e custo de aquisição;
- Data de entrada em funcionamento;
- Grupo homogéneo;
- Conta SNC em que se enquadra;
- Referência ao projeto de investimento em que foi incluído;
- Número do documento interno de registo contabilístico;
- Amortizações acumuladas;
- Valor das reavaliações efetuadas, separando amortizações do valor bruto;
- Número de chapa identificativa;
- Data de alienação/abate;

Os bens são identificados através de uma chapa identificativa que menciona o número do cadastro e é colocada em local visível do bem. Em relação aos números de identificação, os dois primeiros correspondem ao ano de aquisição ou entrada em funcionamento seguidos de uma barra separadora, e dos números sequenciais a atribuir.

Compete à DAF efetuar, semestralmente, a conciliação entre os montantes brutos do imobilizado e das amortizações acumuladas constantes do cadastro de imobilizado e os saldos dos registos contabilísticos.

A responsabilidade pela guarda e manutenção do imobilizado, fica a cargo de cada departamento, ao qual se encontra afeto.

Verificação física

A inventariação física dos AFT's deve-se realizar ao longo do ano. A periodicidade depende da vulnerabilidade desses mesmos bens ao desgaste ou perda de valor, sendo que todos os bens devem ser inventariados pelo menos uma vez por ano. Para a realização do inventário são nomeados responsáveis, que devem efetuar a verificação física nos departamentos a que pertencem.

Como suporte documental da verificação são usadas listagens por departamento, as quais devem evidenciar os objetos de verificação física e ser assinadas pelos responsáveis de cada equipa.

Após verificação, cada equipa entrega à DAF as listagens, que, após confirmação da sua totalidade, procede à comparação com o cadastro de imobilizado. No final a DAF elabora um relatório com os resultados da verificação. Caso exista a necessidade de efetuar ajustamentos no registo contabilístico ou no cadastro, a DAF, após aprovação da DGI, procede às respetivas correções.

Abates

Em cada semestre, os responsáveis dos departamentos preparam uma lista dos bens que necessitam de ser abatidos, explicitando os motivos dos abates. A DGI analisa a proposta em causa e remete-a à DAF, com as notas que acharem pertinentes.

A DAF preenche uma ficha com as informações relativas ao ativo em questão "*Report of Disposal of Movements of Fixed Assets*", que será assinada pelos diversos intervenientes e responsáveis. Sendo que, em caso de destruição, é realizada uma carta (Auto de Abate) a solicitar a presença de um representante da Administração Fiscal para assistir ao ato de destruição.

A DAF informa, por escrito, o requerente e procede à atualização dos registos contabilísticos e do Cadastro de Imobilizado.

A política de classificação do imobilizado é definida pela DAF, quer em termos de grupos homogéneos, quer em termos de contas SNC.

A DAF ajuíza ainda a classificação dos bens como Obras em Curso e/ou Imobilizado Firme.

4.4.1. Solicitação e Aprovação dos Projetos de Investimento, Registo e Respetiva Monitorização e Conclusão/ Fecho

A empresa dá a conhecer a todos os intervenientes uma série de procedimentos por forma a garantir que os controlos sejam implementados adequadamente.

4.4.1.1. Solicitação de investimento – Memória Descritiva

Foi analisada uma “memória descritiva” de um projeto de investimento designado “*Connection to Adra*”, realizado pela CIRES no passado. Consta da estrutura da memória descritiva os seguintes pontos:

1- Sumário

O investimento consiste na ligação da fábrica de Estarreja à conduta primária de abastecimento público de água da região de Aveiro, ADRA. O projeto incluiu ainda a construção de um tanque público de armazenagem de água de grande capacidade. O investimento ascendeu a 300 mil euros.

2- Descrição da situação

Antes do investimento, o fornecimento de água bruta à CIRES era feito pela empresa vizinha CUF autorizada a recolher água crua do rio local. A licença tinha um consumo limitado e abastecia também outras empresas do complexo, DOW e AR LÍQUIDO, com produção contratualmente interligadas. O abastecimento de água a partir do rio local foi-se revelando insuficiente em termos de volume e qualidade, face à escassez dos caudais, em particular nas alturas do verão, com consequências no nível de produção.

3- Alternativas

A solução para assegurar o abastecimento de água essencial ao processo de fabrico, passou pela celebração de um contrato com a empresa intermunicipal ADRA. Para concretizar o abastecimento a CIRES teve que investir na instalação de um tanque de armazenamento de 5000 m³ e de conduta de água dentro da fábrica de Estarreja para ligar à ADRA e às unidades de osmose inversa, no comprimento total de 560 m.

4- Proposta de implementação

5- Organização e cronograma do projeto

6- Aspetos de automação

7- Segurança e ambiente

Constatei que após conclusão do projeto foram exibidos relatórios da evolução das perdas de produção antes e após projeto. Os resultados pós projeto vieram corroborar de facto que o investimento permitiu resolver o problema da quantidade e qualidade da água necessária ao processo, com conseqüente diminuição das perdas de produção, resultando em maior capacidade de produção.

4.4.1.2. Procedimento de Registo, Aprovação e Contabilização de Faturas de Investimento

Sempre que a DAF recebe a folha “*Application Form – Investment in Property, Plant & Equipment*” (CAPEX) (Anexo XVI) com a identificação do projeto, procede à criação no ERP SAP B1 do nº e identificação da conta do projeto.

O registo do projeto no ERP exige um código. Dando cumprimento às exigências do SNC é identificado cada projeto numa subconta da conta 453 - investimentos em curso, identificando o ano de investimento e o nº do projeto.

Figura 9 - Projeto 493

CIRES, Lda
APPLICATION FORM
INVESTMENT IN PROPERTY, PLANT & EQUIPMENT (CAPEX)

Projecto 493

GENERAL

Project name	Replacement of E-PVC bagging silo	
Location	PVC plant, Estarreja	
Technical completion	October, 2022	

AMOUNT TO BE AUTHORIZED

To be capitalized	190,000	EUR
Net expenditures	190,000	EUR



INVESTMENT CATEGORY

I	capacity increase existing products	
II	new products	
III	health, safety and environment	
IV	replacement, rationalization, optimization	X
V	other	



PREPARATION

P. Barolela		23.12.2021
-------------	---	------------

CONSENT

C. Pereira		23/12/21
P. Gonçalves		2011-12-23
M. Ohura		4/1/2022

AUTHORIZATION

T. Shimada		5/1/2022
F. Aral		07/01/2022

Fonte: CIRES

Dando cumprimento ao descrito na Figura 9 criada a conta 453021493 E-PVC *Bagging Silo*, onde se identifica o projeto, o ano de início e o nº que lhe foi atribuído (nº sequencial).

É inserido o valor do orçamento no ERP por forma a que a informação seja dinâmica à medida que são efetuadas as encomendas aos fornecedores.

Sem a inserção do valor do orçamento no ERP, não é possível iniciar o investimento, dado que o sistema impede a emissão de encomendas.

Cada projeto de investimento está dividido em dez rubricas, conforme Figura 10 permitindo o *input*/contabilização das faturas na rubrica adequada. Esta seriação permite agrupar os equipamentos e serviços de uma forma mais rigorosa e detalhada.

Figura 10 - Rubricas de projetos de investimento



#	Código do projecto	Nome do projecto	Válido desde	Válido até	Ativo
1	01	Construção Cívil			<input checked="" type="checkbox"/>
2	02	Engenharia			<input checked="" type="checkbox"/>
3	03	Equipamentos			<input checked="" type="checkbox"/>
4	04	Montagens/ Tubagens			<input checked="" type="checkbox"/>
5	05	Eléctrica			<input checked="" type="checkbox"/>
6	06	Pessoal - MOI			<input checked="" type="checkbox"/>
7	07	Materiais Diversos			<input checked="" type="checkbox"/>
8	08	Serviços Diversos			<input checked="" type="checkbox"/>
9	09	Software			<input checked="" type="checkbox"/>
10	10	Hardware			<input checked="" type="checkbox"/>
11	99	Fecho projecto			<input checked="" type="checkbox"/>
12					<input checked="" type="checkbox"/>

Fonte: SAP

As faturas relativas a projetos de investimento, para serem registadas, necessitam de uma encomenda associada, bem como de uma requisição do material ao armazém. O requisitante é responsável por verificar se o material que encomendou se encontra completo e em boas condições. Após cumpridos todos requisitos, o responsável da DAF procede à contabilização da fatura no ERP SAP B1.

Foi analisado um processo completo enquadrado no projeto 478 - *Upgrade of Lab Lims* (Anexo XVII). Trata-se de investimento do laboratório com os seguintes documentos:

- Requisição a compras nº 020/LE/21 (rub/sub 09 – Software) aprovada pelo DPP;
- Encomenda ao fornecedor *LABWARE SOLUTIONS, S.L*, assinada pelo responsável do departamento de compras e pelo diretor financeiro;
- Requisição a armazém nº 001643 pelo LE (laboratório de ensaio) com a descrição do item adquirido;
- Contrato de fornecimento e cotação assinado por ambas as partes;
- Fatura do fornecedor *LAB Solutions S.L*.

Na Figura 11 é apresentado o *lay-out* do registo da fatura com o nº SE40700457 de 31/10/2021 do fornecedor *Labware Solution, S.L* no montante de 500 euros, no diário “PU” registo nº 21110361. De suporte ao registo encontra-se a digitalização da fatura e dos restantes documentos que corroboram a transação.

Figura 11 - Lay-out do registo de fatura

#	Conta de reconciliação	Conta do Razão/Código do PN	Conta do Razão/home do PN	Débito	Crédito	Observações	Nº de identificação fiscal	Grupo de imposto	Centros c...
1	27111	F53246	LABWARE SOLUTIONS, S.L.		500,00 EUR	Factura de fornecedor - F53246			
2	243232	243232	I.V.A. Desl. Gerais - Taxa Normal - Merc. Comunitário	115,00 EUR		Factura de fornecedor - F532		E14	
3	453021478	453021478	Upgrade of Labware LIMS		500,00 EUR	Factura de fornecedor - F532			
4	2433123	2433123	I.V.A. Liq. O. Gerais Aq. IC - Taxa Normal	115,00 EUR		Factura de fornecedor - F532		E14	
				615,00 EUR	615,00 EUR				

Fonte: SAP

Foi analisado um projeto em que foi requerida uma garantia bancária ao fornecedor para acautelar potenciais problemas com a instalação do equipamento, tratou-se do projeto 479 – *Renovation of Bagging lines E-PVC*, enquadrado na categoria de *Special Investments* de execução obrigatória enquadrado na área ambiental (*Operation Clean Sweep*) no montante de 1 milhão e 150 mil euros. Sendo um investimento de grande envergadura procedi a leitura das condições da encomenda ao fornecedor *Haver & Boecker OHG* (Anexo XVIII).

Da negociação ficou acordado a CIRES efetuar:

- pagamento antecipado de 30% do valor total da encomenda, que corresponde a 345 mil euros, mediante a receção de garantia bancária emitida pela *Zurich Insurance* (a garantia atua perante o devedor como garantia absoluta no cumprimento da sua obrigação de reembolso, caso o projeto não seja concluído, até ao valor de 345 mil euros);
- pagamento da 2ª tranche de 60% no valor 690 mil euros aquando da chegada do equipamento à fábrica, o que à data não aconteceu;
- pagamento de 10% quando o equipamento for testado com sucesso.

Verificado o adiantamento efetuado ao fornecedor para o projeto, feita a leitura da garantia bancária (Anexo XIX) tendo concluído que o equipamento ainda não se encontra nas instalações da CIRES, pelo que até à data não ocorreu o pagamento da 2ª tranche.

4.4.1.3. Acompanhamento da Gestão e Controlo Orçamental dos Projetos

Como se pode verificar pela análise desenvolvida nos capítulos anteriores, os sistemas informáticos de gestão e contabilidade assumem grande significado nas empresas, uma vez que a generalidade das funções passa por um único *input* resultando no processamento de grandes quantidades de informação e números agrupados relativos às atividades desenvolvidas pelas organizações. Tal realidade implica que muitos dos controlos criados pela gestão tenham de ser implementados no próprio sistema, por forma a garantir a fiabilidade da informação e segurança dos dados.

Assim, é efetuado dentro do ERP SAP B1 um controlo mais eficiente dos projetos, sendo possível acompanhar em qualquer momento a situação de cada projeto. Permite verificar o que foi orçamentado, o que já está encomendado, o que está em fase de receção e o que já se encontra contabilizado/pago no projeto.

O quadro seguinte presente na Figura 12, foi extraído do ERP, e encontram-se espelhados para alguns dos projetos que estão em curso, a descrição, o orçamento, o encomendado, o valor que está a rececionado e o valor real investido (faturas já contabilizadas). Podemos acompanhar qual a percentagem do investimento realizado, qual o montante ainda disponível e o valor que resulta entre o orçamento e o já gasto. Por forma, a que o valor previsto não ultrapasse o orçamento o sistema impõe uma segurança, não permitindo que seja lançada qualquer encomenda ao fornecedor após ter esgotado o orçamento. Caso surja esta situação pode haver necessidade do DPP abrir novo projeto e submeter à aprovação superior, ou caso o valor seja muito reduzido a DAF avalia a possibilidade de alterar o orçamento.

Figura 12 - Controlo de Projetos no SAP

Controlo Projetos on-line: SAP Business One

Código conta	Nome da conta	Orçamento	Encomendado	Rececionado	Saldo Atual		Disponível	Orçam-saldo
					Contabilidade	% Orçam		
453021478	Upgrade of Labware LIMS	40.000,00	0	16.000,00	34.490,82	86,227	-10.490,82	5.509,18
453021479	Bagging lines E-PVC & Stretch hood	1.150.000,00	1.150.000,00	0	0	0	0	1.150.000,00
453021481	Silo truck loading system	70.000,00	45.200,00	0	45.200,00	64,571	24.800,00	24.800,00
453021482	Repl. of transfer facil. big bag to silo truck	40.000,00	0	0	15.372,00	38,43	24.628,00	24.628,00
453021483	Sprinkler system for VCM storage tanks	1	0	0	0	0	1	1
453021484	S-PVC dedusting System -dryer section	9.147,00	0	0	9.146,16	0	0,84	0,84
453021485	VCM transfer pump for pilot plant	10.000,00	0	0	0	0	10.000,00	10.000,00
453021486	Increase latex concentration	20.000,00	0	0	0	0	20.000,00	20.000,00
453021487	Reverse Omosis Plant Control System	100.000,00	44.007,70	3,08	26.198,57	26,199	29.790,65	73.801,43
453021488	VCM Detectors (2.fase)	50.000,00	47.999,17	0	1.277,00	2,554	723,83	48.723,00
453021489	Dism.hold facility bagging line S e E-pvc	70.000,00	2.422,41	0	0	0	67.577,59	70.000,00
453021491	Replacement of file system server	20.000,00	20.012,00	0	0	0	-12	20.000,00
453021492	Control room Aveiro harbour	40.000,00	0	0	38.558,57	96,396	1.441,43	1.441,43
453021493	E-pvc Bagging Silo	190.000,00	47.600,00	0	9.990,00	5,258	132.410,00	180.010,00

Fonte: SAP

Para melhor compreensão foi feita a análise de 3 projetos de investimento:

1. Projeto 453021478 - Upgrade of Labware Lims

O projeto 478 tem um orçamento de 40.000€. À data atual, o saldo deste projeto é de 5.509,19€, tendo já sido gastos um total de 34.490,82€. Os 16.000€ indicados na coluna “rececionado” estão incluídos nos 34.490,82€ já gastos, contudo, por ainda não ter sido concluído o fecho da receção no sistema, o SAP é “induzido” em erro, o que justifica que o saldo disponível indicado apresente um valor negativo (-10.490,82€). Quando for concluído o fecho da receção no SAP, o saldo na coluna “rececionado” passará a zero e o saldo disponível voltará a ser positivo, com um valor de 5.509,19€. O atraso no fecho de receção pode condicionar o controlo orçamental do projeto, daí ser necessário que os dados estejam constantemente atualizados de forma a não haver margem de risco para possíveis falhas. À data atual, cerca de 86,23% do orçamento do projeto já foi realizado.

2. Projeto 453021481 - Silo truck loading system

O projeto 481 é, dos projetos em análise, o mais linear. Com um orçamento de 70.000€, este projeto já tem uma ordem de encomenda com um valor de 45.200€, sendo que passará a ter apenas disponível um saldo de 24.800€, para o que resta do projeto. No total, já foi utilizado cerca de 64,57% do valor total do orçamento.

3. Projeto 453021492 - Improvement control room Aveiro (adicional budget)

O projeto 492 apresenta um orçamento no valor de 40.000€. Foram gastos 38.558,57€ do valor total do projeto e o saldo atual é de 1.441,43€, contudo o valor presente na coluna “Encomendado” é zero. Esta falha deve-se ao facto do registo da fatura ter sido efetuado antes da encomenda ter sido registada no SAP. Este tipo de situações pode criar constrangimentos no controlo do projeto, e resulta essencialmente de input de faturas de mão de obra externa que são repartidas por vários projetos, uma vez as equipas de trabalho podem intervir em diversos projetos em simultâneo. Em resultado desta situação as encomendas são emitidas à posterior, o que justifica o valor zero no campo “Encomendado”.

Adicionalmente, e com periodicidade trimestral a DAF compila um documento em Excel “*Investment control – Capex 2021*” (Figura 13) onde consta a posição individualizada do controlo orçamental de cada projeto. Este documento é enviado à DPP para validar e caso seja solicitado exibir ao acionista.

Figura 13 - Investment control – Capex 2021

Investment Control - 2021
Capex 2021

Running Investments

Investment (Without Own Work Capitalised)	Budget	2021	=2021 Q1=	=2021 Q2=	=2021 Q3=	=2021 Q4=	=Y2021=	Accumulated	Global	Deviation	Category
Legal / Mandatory / Best practices			Actual	Actual	Actual	Actual	Actual	Actual	Deviation	2021	
2021/480 - Improvement of E-PVC stripping	280.000	280.000			10.178	123.178	133.356	133.356	146.644	146.644	Others
2021/481 - Silo truck loading system (1 unit)	70.000	70.000			16.386		16.386	16.386	53.614	53.614	Others
2021/475 - Aveiro harbour firefighting water piping	180.000	180.000	1.666	135.000		45.000	181.666	181.666	-1.666	-1.666	Others
Aveiro harbour firefighting salty water collection - Suspended	0	0					0	0	0	0	Others
Modification of filter changing system of FL-3408 - Cancelled	0	0					0	0	0	0	Others
2021/489 - Dismantling of old facilities	70.000	70.000				6.223	6.223	6.223	63.777	63.777	Others
2021/490 - Sprinkler system for VCM measuring tanks (study)	5.000	5.000					0	0	5.000	5.000	Others
2021/472 - Several improvements of safety conditions	50.000	50.000	740	35.108	45	1.082	36.975	36.975	13.025	13.025	Others
Sub-Total	655.000	655.000	2.406	170.108	26.609	175.483	374.606	374.606	280.394	280.394	
2021/487 - RO plant control system	100.000	100.000				23.077	23.077	23.077	76.923	76.923	Rationalization
2021/467 - Reflux condenser washing devices (Reactors no. 1 & 3)	15.000	15.000	9.688	4.493	1.751		15.933	15.933	-933	-933	Rationalization
2021/468 - Pneumatic conveying of REC PVC to Dryer no. 3	15.000	15.000	832	588	11.327	2.256	15.003	15.003	-3	-3	Rationalization
VCL transfer pump (Aveiro harbour)	10.000	10.000					0	0	10.000	10.000	Rationalization
2021/473 - Improvements in production facilities	50.000	50.000	9.481	19.833	7.400	13.326	50.039	50.039	-39	-39	Rationalization
2021/469 - VCM transfer pump for pilot plant	20.000	20.000	4.863	5.107	10.614		20.584	20.584	-584	-584	R & D
2021/477 - New planetary mixer	20.000	20.000		19.000	746		19.746	19.746	254	254	Renewal
Modification of LAB layout - Suspended	0	0					0	0	0	0	Rationalization
2021/478 - LIMS upgrade	40.000	40.000		21.741	12.125	625	34.491	34.491	5.509	5.509	Renewal
2021/476 - Replacement of PS1 brine chillers of PS1	100.000	100.000	6.236	94.033	580		100.849	100.849	-849	-849	Renewal
2021/482 - Relocation of transfer facility of big bag to silo truck	40.000	40.000			4.138	11.234	15.372	15.372	24.628	24.628	Renewal
2021/488 - Replacement of VCM detectors (2nd phase)	50.000	50.000				31	31	31	49.969	49.969	Renewal
2021/493 - Replacement of EPVC Bagging silo	190.000	190.000				1.590	1.590	1.590	188.410	188.410	Renewal
2021/491 - Replacement of file system server	20.000	20.000					0	0	20.000	20.000	Renewal
2021/470 - ATEX portable phones	20.000	20.000		20.000			20.000	20.000	0	0	Renewal
2021/471 - Engineering services	50.000	50.000	7.319	5.192	11.763	16.195	40.469	40.469	9.531	9.531	Others
2021/483 - Sprinkler system for VCM storage tanks (additional budget)	18.000	18.000			17.651	456	18.107	18.107	-107	-107	
2021/484 - S-PVC dedusting system - Dryer section (additional budget)	17.000	17.000			17.674		17.674	97.674	-674	-674	
2021/485 - VCM transfer pump for pilot plant (additional budget)	10.000	10.000			10.000		10.000	10.000	0	0	
2021/486 - Increase latex concentration - Pilot test (additional budget)	20.000	19.883			16.621	4.860	21.481	21.481	-1.599	-1.599	
2021/492 - Improvement of control room in Aveiro harbour (additional budget)	40.000	40.000				38.559	38.559	38.559	1.441	1.441	
Sub-Total	845.000	844.883	38.420	189.988	122.390	112.209	463.006	543.005	381.877	381.877	
Total 1	1.500.000	1.499.883	40.826	360.096	148.999	287.691	837.612	917.612	662.271	662.271	

Payout Investments

Investment (Without Own Work Capitalised)	Budget	2021	=2021 Q1=	=2021 Q2=	=2021 Q3=	=2021 Q4=	=Y2021=	Accumulated	Global	Deviation	Category
Payout			Actual	Actual	Actual	Actual	Actual	Actual	Deviation	2021	
Replacement of pneumatic motor of PS2 reactor washers							0	0	0	0	Rationalization
Dryer high efficiency blowers							0	0	0	0	Rationalization
Total 2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Special Investments

Investment (Without Own Work Capitalised)	Budget	2021	=2021 Q1=	=2021 Q2=	=2021 Q3=	=2021 Q4=	=Y2021=	Accumulated	Global	Deviation	Category
Payout			Actual	Actual	Actual	Actual	Actual	Actual	Deviation	2021	
2021/474 - Renovation of bagging lines (Phase 1: S-PVC)	1.300.000	1.300.000		390.000		805.821	1.195.821	1.195.821	104.179	104.179	Renewal
2021/479 - Renovation of bagging lines (Phase 2: E-PVC + Stretch Hood)	1.150.000	1.150.000			345.000		345.000	345.000	805.000	805.000	Renewal
Increase latex concentration							0	0	0	0	Rationalization
Total 3	2.450.000	2.450.000	0	390.000	345.000	805.821	1.540.821	1.540.821	909.179	909.179	

Total 1+2+3	3.950.000	3.949.883	40.826	750.096	493.999	1.093.512	2.378.433	2.458.433	1.571.450	1.571.450	
--------------------	------------------	------------------	---------------	----------------	----------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	--

Fonte: CIRES

4.4.1.4. Aspectos Contabilísticos e Práticos Referentes ao Cadastro dos AFT, Nomeadamente Aquisições, Abates, Alienações, entre outras

É crucial manter o ficheiro dos ativos devidamente atualizado, vulgarmente designado de cadastro, que permita identificar claramente cada bem na posse da entidade e obter todas as informações relativas ao mesmo, nomeadamente no que respeita ao seu código de identificação, data de aquisição, políticas de depreciação, localização, entre outros. Este registo, também designado de ficha do ativo, advém também de imposição legal.

Quando finalmente todos os equipamentos e serviços se encontrarem realizados no âmbito de um determinado projeto de investimento, significa que está pronto para entrar em funcionamento, é nessa data que o responsável da DPP envia à DAF referindo que o projeto já se encontra em funcionamento. A DAF reportando à data de entrada em funcionamento, procede ao fecho do projeto, ou seja, à transferência para a rubrica do Ativo Fixo Tangível organizando os itens no cadastro do imobilizado.

4.4.1.4.1. Registo do Item no Cadastro dos AFT's

A Figura 14 corresponde à abertura de 7 fichas de cadastro, das quais destacamos as seguintes: Conta 4330202 – Laboratório controlo/tecnológico; Ficha nº477001: *Planetary Mixer P600*; Valor - 19.000€;

Conta 4330203 – Produção de ar comprimido, Ficha Impressora etiqueta zebra; Valor - 343 €.

Figura 14 - Cadastro do Imobilizado

#	Nº do activo	Descrição de activo	Total (ML)	Quantidade	Observações
1	4330202_477001	PLANETARY MIXER P 600	19.000,00 EUR		Brabender PU 2105 0295
2	4350203_477002	IMPRESSORA ETIQUETAS ZEBRA ZI	343,00 EUR		Altronix PU 2107 0416
3	4350203_477003	MONITOR LENOVO C24-20 23.8	80,61 EUR		Divuitec PU 2109 0496
4	4350203_477004	MONITOR LENOVO C24-20 23.8	80,61 EUR		Divuitec PU 2109 0496
5	4350203_477005	MONITOR LENOVO C24-20 23.8	80,61 EUR		Divuitec PU 2109 0496
6	4350203_477006	MONITOR LENOVO C24-20 23.8	80,61 EUR		Divuitec PU 2109 0496
7	4350203_477007	MONITOR LENOVO C24-20 23.8	80,61 EUR		Divuitec PU 2109 0496

Observações:

Total: 19.746,05 EUR

Buttons: OK, Cancelar

Fonte: SAP

Após definição dos itens no cadastro é efetuado o enquadramento da vida útil sendo definido o grupo homogêneo conforme o decreto-regulamentar nº25/90, ficando assim definida a taxa de depreciação ao qual o ativo ficará associado, assim como a vida útil do ativo e consequentemente a taxa de depreciação que irá sofrer.

Da leitura da Figura 15 conclui-se que o bem *Planetary Mixer P600* teve o início de depreciação em 1/05/2021, e será amortizado durante 168 meses (14 anos de vida útil).

Figura 15 - Ficha do ativo "Planetary Mixer P600"

The screenshot displays the SAP Asset Management (AM) configuration for the asset 'Planetary Mixer P600'. The main configuration area includes fields for 'Número do artigo' (4330202), 'Descrição' (PLANETARY MIXER P 600), and 'Data de capitalização' (2021/11/18). The 'Parâmetros de depreciação' table is visible at the bottom left, showing three depreciation areas with a 168-month useful life.

#	Área de depreciação	Data de início da depreciação	Data de fim da depreciação	Vida útil (meses)	Vida restante (meses)	Tipo de depreciação
1	100	2021/05/01	2035/04/30	168	168	0002
2	300	2021/05/01	2035/04/30	168	168	0002
3	200	2021/05/01	2035/04/30	168	168	0002

Fonte: SAP

Após este registro, verifica-se o aumento no imobilizado assim como também o aumento dos custos com depreciações inerentes às capitalizações efetuadas.

Para isto é necessário que sejam abertos no cadastro fixo da empresa fichas de imobilizado com cada equipamento/serviço individualizados, permitindo atribuir de acordo com a rubrica, e grupo homogêneo, o número de anos de vida útil, o que por sua vez vai originar as respectivas amortizações.

4.4.1.4.2. Formalização do Abate/Alienação de Bens do Cadastro

Na Figura 16 é apresentado um “Report of Disposal of Movements of Fixed Assets” gerado aquando do abate ou alienação assinado por todos os intervenientes no processo.

Figura 16 - Report of Disposal of Movements of Fixed Assets

Application cum Report of Disposal or Movement of Fixed Asset
(Indicate "Disposition" or "Movement")

Application date: 15/11/21

Board of Directors	Administrative and Finance Department			Manager of Research and Development Department	Name of Department submitting the application		
	Manager	Division Chief	Person in charge		Manager	Division Chief	Person in charge
Item	Application column			Report column			
1 Fixed asset number	4330209/304945/306160/180/260/270/320/330						
2 Fixed asset name	Equipam/Restoro Oficinas						
3 Fixed asset type							
4 Location	Plant Estremoz						
5 Acquisition cost	2002/2004 1428728 euros						
6 Initial book value	0 euros						
7 Reason for disposition or movement, and disposition type (disposal, sale, removal, demolition, exchange or transfer)							
8 Planned quantity							
9 Planned date of disposition or movement							
10 Ancillary expenses and proceeds	breakdown			euros			
11 Movement to name of city, town or village							
12 Movement to location							
13 New department that will manage the fixed asset							
14 Remarks							
	Administrative and Finance Department			Reporting department			
	Manager	Division Chief	Person in charge	Manager	Division Chief	Person in charge	
Report date	15/11/21						

1. The area enclosed by the fine line and the area enclosed by the bold line are deemed to be the application and the report, respectively.
2. In cases of Disposition and movement, the items 11 through 13 and the item 10 need not be filled in, respectively.
3. Ask the Finance and Accounting Department about any unclear items.
4. In the case of Disposition or movement involving many fixed assets, the application may be submitted with documents describing the above details attached hereto.
5. Enter "No change" in the Report column if there is no change in the details described in the Application column.
6. The department submitting the application shall keep evidence such as certificates and photographs of the disposal, and receipts for fixed assets sold and delivered.
7. The approved original application shall be kept by the submitting department for reporting department, and a copy thereof shall be kept by the Finance and Accounting Department.

Fonte: CIRES

No (Anexo XX) é exibido um exemplo de um processo de abate de AFT apresentado pela filial BAMISO e que requereu uma comunicação à Autoridade Tributária.

4.4.1.5. Ativos sob Direito de Uso (locação) – Plano de Amortização

Financeira

No início de um contrato, a Empresa deve avaliar se o contrato é ou contém uma locação. Se tal acontecer, o contrato expõe o direito de controlar o uso de um ativo por um período de tempo em troca de uma remuneração. A locação deve permitir o direito ao locatário de auferir todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Na data de início da locação, a empresa reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação. No balanço os ativos sob direitos de uso estão registados na rubrica - ativos fixos tangíveis e os passivos de locação estão registados na rubrica - financiamentos obtidos.

A CIREs, nos seus contratos de locações, utiliza os expedientes práticos previstos na IFRS 16 que requer que os locatários reconheçam todas as locações no balanço, um passivo por locação (com exceção de contratos de locação de curto prazo e de valor reduzido) que permite o direito de uso do ativo por um período de tempo.

No Anexo XXI é apresentado um plano de amortização financeira subjacente a um contrato de aluguer de um armazém comercial por um período de trinta meses. Este contrato foi registado no ativo sob direito de uso, com um valor atualizado de 370.199.01€, teve início à data de 1 de janeiro de 2020 e termina a 30 de junho de 2022.

Mensalmente, a CIREs, paga uma prestação no valor de 12.500€ à empresa Chuva de Exemplos. O valor da prestação inclui a amortização mensal e o juro de 0.0833% sobre o capital em dívida. O valor total que a CIREs terá de pagar pela locação é de 370.199,01€ mais o valor total dos juros que equivalem a 4.800,99€, ou seja, 375.000€.

No Anexo XXII está representada a contabilização do ativo sobre direito de uso. É efetuada mensalmente a regularização das contas, pois os direitos de uso de CP e LP estão em constante atualização. A posição das contas a CP é referente a 12 meses e, portanto, a cada mês que passa é necessário atualizar essa conta, assim como a conta das reintegrações sobre direito de uso a CP, uma vez que todos os meses é efetuado o duodécimo do custo de depreciação. A taxa de juro sobre o ativo é fixa, cerca de 0,0833%, taxa média de financiamento da empresa que resulta essencialmente do financiamento da empresa-mãe, Shin-Etsu. A conta referente a juros de direito de uso é atualizada mensalmente pois, à medida o ativo amortiza, o capital em dívida vai ser menor, e por consequência, o juro a pagar também será menor.

No final de cada mês, antes de efetuar o encerramento de contas, a DAF deve executar as seguintes conferências:

- Analisar o balancete analítico no sentido de ajuizar a razoabilidade dos respetivos valores de “Investimentos Financeiros”, “Trabalhos para a Própria Empresa”, “Amortizações do Exercício”, “Amortizações Acumuladas e “Fornecedores de Imobilizado”;

- Analisar as rubricas "Imobilizações em curso" e "Adiantamentos para Investimentos Financeiros", de forma a ajuizar sobre a sua situação e verificar a oportunidade de transferência para Imobilizado firme.

Das conferências descritas atrás deve ser deixada uma evidência, através de uma assinatura nos respectivos documentos objetos de análise.

4.5. Benefícios Fiscais ao Investimento CFEI II

No âmbito do estágio curricular foram analisadas despesas de investimentos realizados pela CIREs suscetíveis a integrar o CFEI II.

Para usufruir do Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II) os sujeitos passivos de IRC têm de exercer, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e preencher, simultaneamente, os seguintes requisitos:

- Apresentarem a contabilidade regularmente organizada, segundo a normalização contabilística e outras disposições legais em vigor para o respetivo setor de atividade;
- O seu lucro tributável não ser determinado por métodos indiretos, ou seja, determinação do valor dos rendimentos ou bens tributáveis a partir de indícios ou presunções;
- Ter a situação tributária regularizada;
- Não suspender contratos de trabalho durante três anos contados a partir da data de produção de efeitos do presente benefício.

O benefício fiscal concedido aos sujeitos passivos que apresentam condições para beneficiar do CFEI II corresponde a uma dedução à coleta de IRC no valor de 20% das despesas de investimento em ativos afetos à exploração, efetuadas entre 1 de julho de 2020 e 30 de junho de 2021.

O montante acumulado máximo das despesas de investimento elegíveis para efeito da dedução é de 5 milhões de euros, por sujeito passivo. Essa dedução é efetuada na liquidação de IRC relativa ao período de tributação que se inicie em 2020 ou 2021, até à ocorrência de 70% da coleta deste imposto, em função das datas relevantes dos investimentos elegíveis.

São classificadas como despesas de investimento em ativos afetos à exploração as referentes a ativos fixos tangíveis e ativos biológicos que não sejam consumíveis, adquiridos em estado novo e que entrem em atividade até ao final do período de tributação que se inicie a partir de 1 de janeiro de 2021, com exceção das despesas de investimento em ativos predispostos a utilização pessoal. São também elegíveis as despesas de investimento em ativos intangíveis sujeitos a depreciação, como despesas com projetos de desenvolvimento e despesas com elementos de propriedade industrial, como por exemplo, marcas, patentes ou processos de produção, adquiridos a título oneroso e cuja utilização exclusiva seja reconhecida por um período limitado de tempo (Lei N°27-A/2020, 2020).

Figura 17 - Projetos de investimento 1ºSemestre/2021 elegíveis para CFEI II

Projetos de investimento - 1º Sem/2021		CFEI II 2021
Investimentos 1º Semestre /2021		
Conta	NOME DA CONTA	Investimento
453020428	Lab Extruder	150.000,00
453020475	Firefighting Water Piping	135.000,00
453020476	Replac PS1 Brine Chillers	91.577,97
453019427	PSANITROGEN GENERATION	68.536,38
453020451	NEW ERP-SAP	63.922,77
453020455	MODIF FILTER CHANGING SYSTEM FL3411	45.147,90
453019429	INCREASE BUND TANK VCM SHERES 4&5	35.000,00
453020453	S-PVC DEDUSTING SYSTEM	32.080,00
453020432	Imp.Control Room Aveiro Arbour	25.024,82
453020460	Optimization PS2 Intercoolers Operation	23.477,33
453020447	FREIGHT LIFT FOR PS2 CHEMICAL PREPAR	21.060,86
453020477	New Planetary Mixer	19.000,00
453020461/20-441	Renovation of PS1 control room	16.543,98
453020434	Bund tank of sphere no.3	15.600,00
453020467	Reflux Condense Washing Devices (reat 1 e 3)	11.012,76
453020436	SEVERAL IMPROV.SAFETY CONDITIONS 20	<u>8.642,11</u>
	Total Geral - 1º Sem/21	761.626,88
		20%
	Calculo do Beneficio Fiscal	152.325,38

Fonte: SAP

Este trabalho permitiu concluir que para um volume de investimentos elegíveis de cerca de 762 mil euros, a CIRES tem a possibilidade de deduzir ao IRC do exercício de 2021 o montante de aproximadamente 152 mil euros de benefício fiscal (Figura 17).

5. REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No decorrer do estágio foram desenvolvidas funções no Departamento Administrativo e Financeiro da CIRES.

As atividades realizadas vão ao encontro das atividades que foram inicialmente propostas.

Nas primeiras semanas do estágio o objetivo passou por compreender o funcionamento do ERP SAP, nomeadamente na área dos projetos de investimentos. Nas semanas seguintes foram realizadas diferentes atividades, entre as quais:

- Cálculo de depreciações e amortizações de AFT;
- Preenchimento de formulários relacionados com a dupla tributação;
- Elaboração de cartas de circularização;
- Acompanhamento e seleção de projetos de investimento elegíveis para o CFEI II;
- Processamento e registo de faturas afetas a projetos de investimento;
- Acompanhamento da realização da consolidação de contas;
- Acompanhamento das atividades relacionadas com o DFPT;
- Acompanhamento da realização do *performance report*;
- Acompanhamento da realização do controlo orçamental.

Estando definido no manual de procedimentos que o registo de fecho de projetos de investimento e respetiva transferência para AFT com inscrição no cadastro deve ser instruída com uma comunicação da DPP, verifica-se em alguns casos a ausência dessa comunicação;

Verifiquei que embora seja prática da empresa etiquetar os equipamentos conforme nº de cadastro do ERP, este procedimento é efetuado tardiamente e por vezes já não é possível aceder aos respetivos itens pelo que fica comprometida a identificação física dos itens do cadastro.

5.1. Sugestões de Melhoria

Depois do estudo realizado, foi possível concluir que a CIRES tem um sistema de controlo interno bem implementado, eficiente e eficaz, contudo foi possível detetar que existem algumas situações em que a empresa pode melhorar, tais como:

- Criação de um departamento de controlo interno, de forma a haver constantes processos de melhoria;
- Maior automatização de certos processos (ex: circularizações, convenções, controlo orçamental, *performance report*).
- Existência do mesmo sistema ERP para todas as empresas do Grupo;
- O processo de consolidação ser integrado no sistema ERP atual (atualmente é feito num sistema diferente);
- Maior uniformização de procedimentos entre as diversas empresas do Grupo;
- Todo o processo de compra ser feito no ERP SAP (requisições a compras e armazém são feitos num sistema diferente).

5.2. Contributo do Estágio

O estágio desenvolvido na CIREs permitiu a elaboração deste relatório que, posteriormente, permitirá a obtenção do grau de Mestre.

Este estágio possibilitou alargar conhecimentos sobre a temática do Controlo Interno tanto a nível teórico como na vertente prática. Foi possível verificar de que forma são implementadas e monitorizadas as medidas de controlo interno na empresa, nomeadamente na vertente dos projetos de investimento, bem como a importância que estes controlos representam para a mesma.

Tendo este estágio representado a minha primeira experiência profissional, foi possível perceber como funciona o dia a dia numa empresa multinacional, como é o caso da CIREs.

Para a CIREs penso que a realização do estágio também foi benéfico, no sentido de poder prestar auxílio em várias atividades indispensáveis ao funcionamento diário da empresa.

6. CONCLUSÃO

Este relatório foi elaborado no seguimento da realização de um estágio curricular realizado numa empresa multinacional do setor químico, a CIREs.

Através da revisão da literatura, conseguimos compreender a evolução do conceito do controlo interno, de onde surgiu e a sua necessidade no seguimento de uma série de fraudes e escândalos financeiros. Com o passar das décadas tornou-se num sistema imprescindível para a gestão eficaz de uma empresa e para a restauração de uma confiança perdida.

Ao analisar o Controlo Interno podemos afirmar que não pode ser encarado como um fim, mas sim um meio para assegurar que se atingem mais objetivos. É um processo acompanhado por pessoas de todos os níveis hierárquicos, não segue um manual de procedimentos, visto que é concebido e implementado consoante a empresa e por indivíduos que afetam a atuação de todos os membros da empresa.

Por mais bem concebido que esteja, o sistema não é infalível nem oferece absoluta segurança. As empresas devem ter presente que existem riscos que não se conseguem eliminar, apenas minimizar, daí a importância de manter o sistema atualizado, para que com a evolução da empresa e do tempo continue a conseguir prevenir determinados cenários e continue a fornecer informações úteis e atualizadas que sirvam de suporte à tomada de decisão.

Uma breve análise económico-financeira do relatório de contas da CIREs de 2020 revela que na estrutura do seu ativo, a rubrica Ativos Fixos Tangíveis, perfaz um total de cerca de 34 milhões e 194 mil euros, que corresponde a aproximadamente 34% do total dos ativos. Dado a importância que os Ativos Fixos Tangíveis representam na Empresa é essencial que haja um controlo exigente de todos os factos a eles associados, nomeadamente, aquisições, amortizações, abates e aspetos fiscais.

O ERP SAP é um importante instrumento de controlo interno dado que possibilita uma melhor eficácia e eficiência das operações assim como um maior controlo e gestão dos dados da empresa.

Foi feita uma análise a 3 projetos de investimento, tendo-se concluído que o erro humano é, efetivamente, a principal causa que pode enviesar o controlo interno, neste caso o controlo dos projetos de investimentos no ERP.

Os princípios gerais de controlo interno são do conhecimento de todos os intervenientes, que os aplicam corretamente e o sistema de controlo interno encontra-se adequadamente implementado.

A CIREs certifica-se que existe uma adequada segregação de funções, delegação de responsabilidades e controlos físicos adequados sobre a segurança dos ativos, aumentando o controlo e diminuindo o risco de erro ou manipulação. Todas as transações financeiras com relevância são aprovadas e autorizadas pelos respetivos responsáveis.

O cadastro dos Ativos Fixos Tangíveis encontra-se adequadamente atualizado e são registadas todas as aquisições/alienações/abates da empresa, assim como as diversas alterações de localização ou de valor dos bens.

Concluindo, com um sistema de controlo interno adequadamente implementado e com um sistema ERP tão eficaz como é o caso do SAP Business One, o principal motivo para ocorrerem falhas é a “mão humana”. Outro aspeto a não descurar é a salvaguarda da informação. Erros e falhas podem suceder-se e por isso é essencial que a empresa tenha um plano de recuperação, na medida em que a falta de controlos adequados para prevenir riscos de danos acidentais pode resultar na indisponibilidade dos sistemas, ou até perda de informação.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AICEP Portugal Global. (n.d.). *Acordos Internacionais - Convenções para evitar a dupla tributação internacional*. Diário Da República Portuguesa.
- Almeida, V. L. S. S. de. (2011). *Preços de Transferência - Caso Prático*.
- Almeida, T. M. C. (2019). *A Importância do Controlo Orçamental: Um estudo de caso para uma entidade do setor não lucrativo (ESNL)*.
- Azevedo, P. (2013, August). A IMPORTÂNCIA DE UM SISTEMA ADEQUADO DE CONTROLO INTERNO. *Revista Onis Ciência*.
- Brandão, S. P. (2012). *Impacto do Controlo Interno no Controlo Externo – Pesquisa Exploratória*.
- Caetano, X. A. (2017). *Controlo Interno: Estudo de caso na Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento*.
- Carvalho, C. A. L., & Martins, C. Q. (2014). *PROCEDIMENTOS CONTABILÍSTICOS E A SUA IMPORTÂNCIA NO CONTROLO INTERNO*.
- CIRES. (n.d.).
- da Costa, C. B. (2010). *Auditoria Financeira - Teoria & Prática* (R. Livros, Ed.; 9th ed.).
- Decreto-Lei nº166/98, Pub. L. No. 144, 1998 2814 (1998).
- Decreto-Lei nº159/2009, Pub. L. No. 133 (2009).
- Lei nº27-A/2020, Pub. L. No. 143 (2020).
- Gherbovetchi, A. (2020). *PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA - ÉTICA E EVASÃO FISCAL*.
- Gomes, R. da S. (2017, June). *Controlo Interno no Setor Público: Caso da Guarda Nacional Republicana*.
- Hall, J. A. (2015). *Information Technology Auditing* (4th ed.).
- Martins, I., & Morais, G. (2013). *Auditoria Interna - Função e Processo* (Á. Editora, Ed.; 4th ed.).
- Moneris. (2020). *FAQs Preços de Transferência*.
- Neves, J. F. (2008). A importância de um sistema de controlo interno. *TOC* 99, 60–61.
- PWC. (2012). *Como otimizar o Controlo Interno?*
- Reis, C. E. V. dos. (2012). *Importância de Controlo Interno na Gestão Empresarial: O caso da Boca Doce*.
- Santos, M. M. (2013). *O CONTROLO INTERNO E A GESTÃO DE RISCO NAS EMPRESAS DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO*.
- SAP Business One. (n.d.).
- Schandl, A., & Foster, P. L. (2019). *COSO INTERNAL CONTROL - INTEGRATED FRAMEWORK: An Implementation Guide for the Healthcare Provider Industry*.

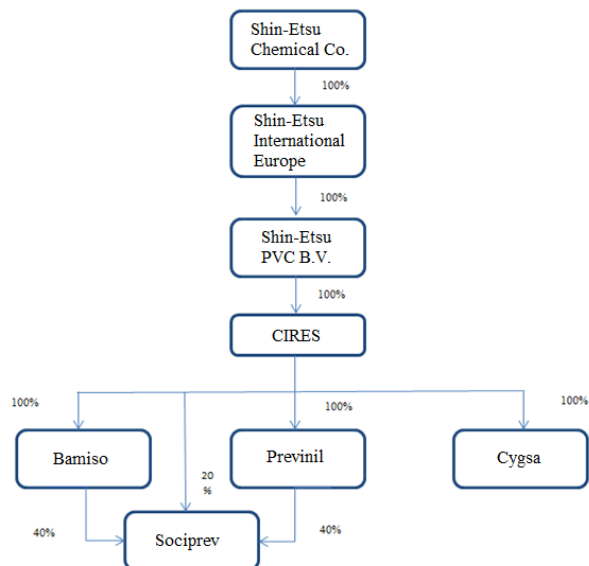
Silva, P. M. A. da. (2017). *A Dupla Tributação dos lucros das empresas em Portugal e Evasão Fiscal*.

Silva, E. A. M. (2018). *A Consolidação de Contas na Quantal Group S.A.*

Tribunal de Contas. (1999). *Manual de Auditoria e de Procedimentos* (Vol. 1).

8. ANEXOS

Anexo I - Organigrama da estrutura de participações do Grupo



Anexo II - Descrição de atividades desenvolvidas pelas empresas

Entidade	Descrição de Atividade	Residência Fiscal
Previnil – Empresa Preparadora de Compostos Vinilucos, S.A.	Fabricação de compostos de PVC.	Portugal
Cygsa – Compuestos y Granzas, S.A.	Fabricação de compostos de PVC.	Espanha
Bamiso – Produção e Serviços Energéticos, S.A.	Produção de eletricidade e vapor	Portugal
Shin-Etsu Chemical Co., Ltd.	Fabricação e comercialização de materiais da indústria química, essencialmente de VCM e PVC.	Japão
Shin-Etsu International Europe B.V.	Sub-holding do Grupo Shin-Etsu. Comercialização de materiais da indústria química, essencialmente de VCM e PVC.	Holanda
Shin-Etsu PVC B.V.	Fabricação e comercialização de materiais da indústria química, essencialmente de VCM e PVC.	Holanda
Sociprev – Sociedade de Medição de Seguros, Lda.	Medição de Seguros	Portugal

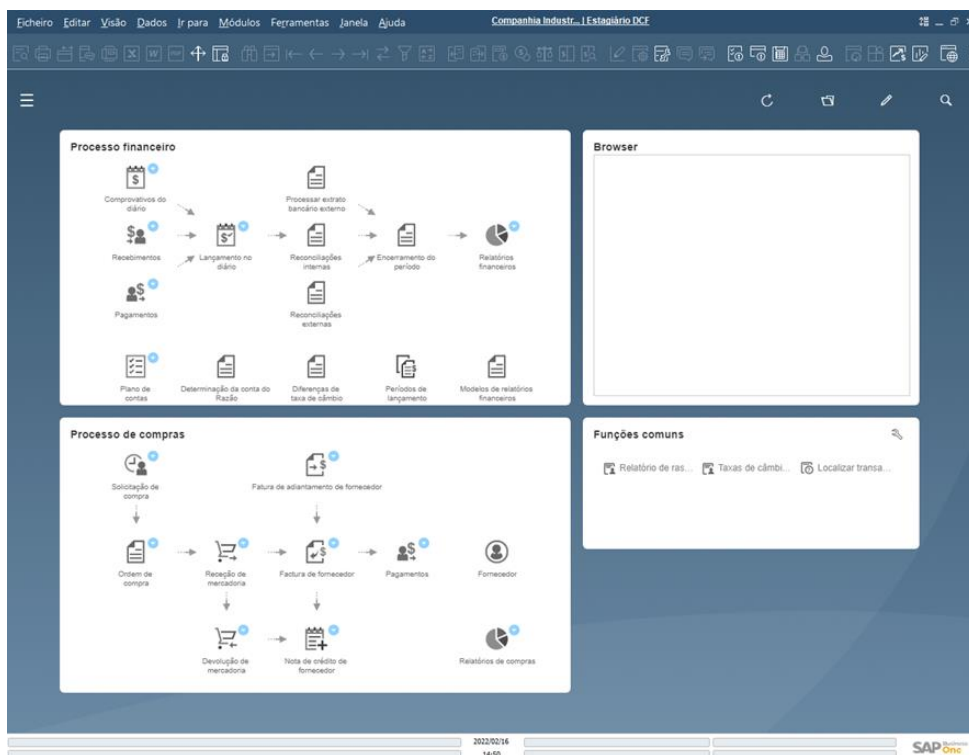
Anexo III - Demonstração de Resultados

	2020 (euros)	2019 (euros)	Variação
Vendas e prestações de serviços	154.674.021	150.701.788	2,64%
Custos das vendas e prestações de serviços	134.208.711	136.869.258	-1,94%
Resultados Brutos	20.465.310	13.832.530	47,95%
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.809.149	578.648	212,65%
Custos de distribuição	9.209.139	7.486.110	23,02%
Custos administrativos	5.760.870	5.788.244	-0,47%
Outros custos e perdas operacionais	656.324	228.418	187,33%
Resultados Operacionais	6.648.126	908.406	631,85%
Custo líquido de financiamento	124.077	105.493	17,62%
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	1.595.912	1.547.593	3,12%
Resultados Correntes	8.119.961	2.350.506	245,46%
Impostos sobre resultados correntes	1.457.648	397.060	267,11%
Resultados correntes após impostos	6.662.313	1.953.446	241,05%
Resultados líquidos do exercício	6.662.313	1.953.446	241,05%

Anexo IV - Análise dos Ativos

	2020 (euros)	Peso total do ativo	2019 (euros)	Peso total do ativo	2018 (euros)	Peso total do ativo
Não corrente						
Ativos fixos tangíveis	34.194.031	34,00%	34.758.219	35,24%	34.251.387	31,52%
Investimentos financeiros em subsidiárias e associadas	25.520.649	25,38%	23.924.737	24,25%	22.377.144	20,59%
Ativos por impostos diferidos	1.692.265	1,68%	1.401.961	1,42%	1.754.382	1,61%
Dívidas comerciais a receber e outras	3.937.300	3,92%	4.300.285	4,36%	4.659.662	4,29%
Total dos ativos não correntes	65.344.245	64,98%	64.385.202	65,27%	63.042.575	58,02%
Corrente						
Inventários	14.442.985	14,36%	15.166.202	15,37%	24.384.502	22,44%
Dívidas comerciais a receber e outras	16.223.292	16,13%	16.425.444	16,65%	16.817.194	15,48%
Imposto sobre rendimento a receber			405.133	0,41%	790.889	0,73%
Outros ativos correntes	1.228.297	1,22%	1.177.742	1,19%	1.190.767	1,10%
Caixa e equivalentes de caixa	3.323.705	3,31%	1.085.306	1,10%	2.430.024	2,24%
Total dos ativos correntes	35.218.279	35,02%	34.259.827	34,73%	45.613.376	41,98%
Total do ativo	100.562.524	100,00%	98.645.029	100,00%	108.655.951	100,00%

Anexo V - Menu SAP



Anexo VI - Estrutura de diários

Diário	Descrição
AC	Capitalização de ativo fixo
DV	Devolução de mercadoria
FT	Faturas de cliente
GR	Entregas
IF	Custos posto no destino
IM	Transferências de inventário
IVA	Apuramento do IVA
NC	Notas de crédito de cliente
OD	Lançamentos no diário
PC	Notas de crédito de fornecedor
PD	Receção de mercadorias
PS	Pagamentos
PU	Fatura de fornecedor
RC	Recebimentos
RS	Reintegrações/Depreciações
RT	Saída de ativo fixo
SI	Entrada de mercadoria
SO	Saída de mercadoria
Y1	Processamento salarial

Anexo VII - Carta de Circularização

N/ REF³
DAF 1903 RC/2020

V/REF³

AVANCA, 2021-12-03

Assunto:

Exmos. Senhores,

A fim de satisfazermos um pedido dos nossos Auditores:

PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda.
o Porto Bessa Leite Complex, Rua de António Bessa Leite, 1430 – 5º
4150-074 Porto, Portugal

agradecemos o favor de lhes enviarem diretamente, uma cópia do extrato da nossa conta corrente nos vossos livros, demonstrando os elementos que comprovem em todos os saldos em aberto em 30 de novembro de 2021, e ainda o movimento contabilizado nessas contas entre 01 de janeiro de 2021 e 30 de novembro de 2021, incluindo os detalhes de saldos de abertura.

Solicitamos também que lhes seja enviada uma lista detalhada das faturas, notas de crédito e notas de débito emitidas no período compreendido entre 01 de janeiro de 2021 e 30 de novembro de 2021.

Adicionalmente, agradecemos que também enviem cópia da resposta solicitada acima, para o seguinte email:

pt.circularizacao@pwc.com

Com os nossos melhores cumprimentos, subscrevemo-nos com toda a consideração.

De V. Exas.

Atentamente,

Anexo VIII - The Tasks checklists – Verification of closing balance

Tasks Checklists

Operation Process ID: 22XX_26XX
Account items: Account Payable
Department in charge: Administrative and Finance Department
Relevant Systems: AP

Classification: 001 Verification of Closing Balance - Accounts Payable

Person in	Verified by	Approved	Assessed

	Regulations	Relevant Materials	Remarks	Manual control	Person in Charge		Verified by	
					Checked	Date	Checked	Date
1	Inquiries about balance of the Company made by correspondents							
1-1	The person in charge prepared the answer to the balance confirmation sheet from the correspondent (and, if the balances alleged by the correspondent and the Company were not identical, clarified the reason for such difference by checking the relevant accounts payable ledger and vouchers). He or she circulated the above answer along with the register for the seal of the administrative and finance department.	Answer to the balance confirmation sheet Accounts payable ledger [AP] Vouchers Register for the seal of the Administrative and Finance Department						
1-2	The administrative and finance manager, after inspecting the answer to the balance confirmation sheet circulated by the person in charge, approved by signing the answer before sending the answer to the correspondent (or its audit firm).							
1-3	The person in charge sent the answer to the balance confirmation sheet, signed by the administrative and finance manager to the correspondent (or its audit firm).							
2	Inquiries about balances of correspondents made by the Company							
2-1	The person in charge got the data and trial balance from the ERP management system for finance payables (AP) as of the end of November, confirmed that they were identical with the trial balance for the general ledger and got the validation to the trial balance from the chief finance.	Trial balance of Accounts Payable Balance confirmation sheet [AP] Accounts payable ledger [AP] Register for the seal of the Administrative and Finance Department						
2-2	The trial balance of the finance payable resulted from the 2-1 above was sent to the audit firm. The audit firm, following its own procedures, have chosen the accounts payable that should be confirmed and sent the list to the administrative and finance department.							
2-3	The person in charge, based on the result of 2-2, prepared data to output balance confirmation sheets and the letter forms to be sent to the selected correspondents and submitted them to the signature of the administrative and finance manager.							
2-4	The administrative and finance manager confirmed that it was prepared the confirmation sheets and letters forms for all the selected correspondents, signed and sent them to the audit firm.		Balance confirmation sheets [AP] Register for the seal of the Administrative and Finance Department					
2-5	The audit firm received the prepared confirmation sheets and letters forms as above 2-4 and sent them to the correspondents.							

Tasks Checklists

Operation Process ID: 22XX_26XX
 Account Items: Account Payable
 Department in charge: Administrative and Finance Department
 Relevant Systems: AP

Classification: 001 Verification of Closing Balance - Accounts Payable

Person in	Verified by	Approved	Assessed

	Regulations	Relevant Materials	Remarks	Manual control	Person in Charge		Verified by	
					Checked	Date	Checked	Date
2-6	The person in charge received the answers of the correspondents and checked that the balance sheets were confirmed accordingly. Regarding the answers in which was reported differences, the person in charge contacted the correspondent to inquire the reasons of those differences and promptly transferred to the department of transaction originated the respective balance confirmation sheets to be analysed.	Balance confirmation sheets[AP]						
2-7	When there was a difference as referred in above 2-6, the person in charge held consultations on and studied the cause thereof, and a way of solving it with the department of the transaction originated. The person in charge resolved the difference by the end of December, following up on communications between such department and the correspondent. If it was not possible to resolve the difference by the end of December, he or she reported its status to the administrative and finance manager.	Status report						
2-8	The administrative and finance manager followed up on any differences that could not be resolved by the end of December until they were resolved, receiving progress reports on cause-finding by the person in charge from time to time.	Status report						
3	Stocktaking of long overdue debts							
3-1	At the ends of December, the person in charge took stock of accounts payable that had not been paid for three months or more from scheduled day with regard to the main departments of the transactions originated, and received answers to the stocktaking table with signatures of approval affixed by heads of the relevant departments.	Stocktaking table on long overdue debts[AP]						
3-2	Based on the result of 3-1, the person in charge helped a person in charge in the department of the transaction originated and took appropriate measures, depending on the cause of the long overdue debt (e.g. a mistake in handling of business such as an error in recording a corrected unit price of purchased goods).	Stocktaking table on long overdue debts[AP] Accounts payable ledger[AP]						
4	Account closing at the end of the period							
4-1	The person in charge confirmed that results of difference-finding through the balance sheets analysis had been incorporated in the accounts payable ledger.	Balance confirmation sheets[AP] Status report Accounts payable ledger[AP]						
4-2	The person in charge checked the accounts payable ledger, and clarified the causes of debit balance and long outstanding balance, if any, and took appropriate measures.	Accounts payable ledger[AP]						
4-3	The chief finance confirmed that the balance of the accounts payable ledger was identical with that of trial balance for the general ledger.	3-3-3 of Non-Consolidated Financial Statement Preparation Guidelines Trial balance for the general ledger[GL] Accounts payable ledger[AP]						

The Tasks Checklists

Operation Process ID: 21XX
 Account Items: Account receivable
 Department in charge: Administrative and Finance Department
 Relevant Systems: AR

Classification: 001 Verification of Closing Balance - Accounts Receivable

Person in	Verified by	Approved	Assessed

	Regulations	Relevant Materials Audit trails	Remarks	Manual control	Person in charge		Verified by	
					Checked	Date	Checked	Date
1	Balance collation (for the balance as of the end of November)							
1-1	The person in charge got the data and trial balance from the ERP management system for finance receivables (AR) as of the end of November, confirmed that they were identical with the trial balance for the general ledger and got the validation to the trial balance from the chief finance.	Trial balance of accounts receivable from ERP system GL						
1-2	The trial balance of the finance receivables resulted from the 1-1 above was sent to the audit firm. The audit firm, following its own procedures, have chosen the accounts receivables that should be confirmed and sent the list to the administrative and finance department.	List of the selected AR						
1-3	The person in charge, based on the result of 1-2, prepared data to output balance confirmation sheets and the letter forms to be sent to the selected correspondents and submitted them to the signature of the administrative and finance manager.	Letters form and confirmation sheets						
1-4	The administrative and finance manager confirmed that it was prepared the confirmation sheets and letters forms for all the selected correspondents, signed and sent them to the audit firm.	List of the selected AR						
1-5	The audit firm received the prepared confirmation sheets and letters forms as above 1-4 and sent them to the correspondents.							
1-6	The person in charge followed up the answers from the correspondents using the yet-to-be received checklist and contacted those correspondents, when it was asked by the audit firm, that didn't answered.	Unarrival-checklist						
1-7	The person in charge received the answers of the correspondents and checked that the balance sheets were confirmed accordingly. In the answers in which was reported differences, the person in charge contacted the correspondent to inquire the reasons of those differences and promptly transferred to the sales department the respective balance confirmation sheets to be analysed.							
1-8	Following the result of above 1-7, the person in charge collected all the balance confirmation sheets from the sales department, and confirmed that the balance sheets contained reasons for and ways of solving all the balance differences that were approved by heads of such departments.	Balance confirmation sheets that had been sent back						
1-9	The person in charge prepared the report compiling the results of 1-8 above, which was inspected and approved by the administrative and finance manager.	Report compiling results						
1-10	The person in charge, by the end of December, received reports from persons in charge of the sales department on whether such differences had been resolved or not, and collected corrected slips or other documents to prove corrections when necessary.	Report of differences resolved						

The Tasks Checklists

Operation Process ID:21XX Classification: 001 Verification of Closing Balance - Accounts Receivable
 Account Items: Account receivable
 Department in charge: Administrative and Finance Department
 Relevant Systems: AR

Person in	Verified by	Approved	Assessed

	Regulations	Relevant Materials Audit trails	Remarks	Manual control	Person in charge		Verified by		
					Checked	Date	Checked	Date	
2 Stocktaking of long overdue credit									
2-1	The person in charge outputted the outstanding list of AR that were overdue by two months or more from the ERP management system for finance receivables (AR); prepared the request for survey of long overdue credits, and made a request for a survey to the sales department after it was approved by the administrative and finance manager. (For the balances as of the ends of June and of December.)	Request for survey of long overdue credits Outstanding list AR	Twice a year						
2-2	The person in charge followed up on the collection of the credits in the outstanding list, using the checklists on stocktaking of long overdue accounts receivable, and confirmed that the checklists contained reasons for and ways of solving all the long overdue credits which were approved by heads of sales department.	Checklists on stocktaking of long overdue accounts receivable.xls Outstanding list AR							
2-3	The person in charge received corrected slips or other documents to prove corrections and request for registration of collection conditions in the master, dependent on the answers to the requesting a survey.	3-3 of Non-Consolidated Financial Statement Preparation Guidelines Request for registration of collection conditions in the master, etc.							
2-4	The person in charge prepared the report compiling the results of such surveys, which was inspected and approved by the credit control manager and was also inspected and approved by the administrative and finance manager.	Result of surveys on long overdue credits							
2-5	The person in charge received progress reports from persons in charge in sales departments concerning the overdue credit which had not been resolved at the time of preparation of the stocktaking report, and also acquired corrected slips or other documents to prove corrections when necessary.	Outstanding list AR							
3 Account closing at the end of the period									
3-1	An overview check of the accounts receivable ledger was conducted by chief finance, and it was confirmed whether the results of the balance collation and stocktaking of long overdue credits had been incorporated into the ledger.	Balance confirmation sheets that had been sent back Outstanding list AR							
3-2	The chief finance confirmed that the balance of the accounts receivable ledger was identical with that of trial balance for the general ledger.	Accounts receivable ledger AR							

REPÚBLICA PORTUGUESA MINISTÉRIO DAS FINANÇAS		AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA - AT DSRI - Direção de Serviços de Relações Internacionais Av.º Eng.º Duarte Pacheco, 28 - 4.º 1099 - 013 Lisboa, PORTUGAL Tel: 351 21 3834209 Fax: 351 21 3834414 E-mail: dsri@af.gov.pt		MOD. 21-RFI
PEDIDO DE DISPENSA TOTAL OU PARCIAL DE RETENÇÃO NA FONTE DO IMPOSTO PORTUGUÊS, EFETUADO AO ABRIGO DA CONVENÇÃO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO ENTRE PORTUGAL E: SOLICITUD DE EXENCIÓN TOTAL O PARCIAL DE RETENCIÓN EN LA FUENTE DEL IMPUESTO PORTUGUÊS EN LOS TÉRMINOS DEL CONVENIO PARA EVITAR LA DOBLE IMPOSICIÓN CELEBRADO ENTRE PORTUGAL Y: ESPANHA				
I IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO EFETIVO DOS RENDIMENTOS IDENTIFICACIÓN DEL BENEFICIARIO EFECTIVO DE LOS RENDIMIENTOS				
NOME / DENOMINAÇÃO SOCIAL NOMBRE / DENOMINACIÓN SOCIAL SEGURIDAD GALLEGA NOSA TERRA, S.A.				
DOMICÍLIO FISCAL (Rua, número e andar) Dirección Anual (Calle, número e piso)		Número de Identificação Fiscal (NIF) em país de residência Número de Identificación Fiscal (en país de Residencia)		
LG ALXEN S/N, SALVATIERRA DE MIÑO		ES A36715217		
CÓDIGO POSTAL CÓDIGO POSTAL	LOCALIDADE LOCALIDADE	PAÍS PAÍS	Nº PORTUGUÊS (por instituição) nº PORTUGUÊS (por institución)	
36458	PONTEVEDRA	ESPANHA		
CORREIO ELETRÓNICO CORREO ELECTRÓNICO info@cegalia.com				
II IDENTIFICAÇÃO DOS RENDIMENTOS DESCRIPCIÓN DE LOS RENDIMIENTOS				
1 - DIVIDENDOS 1.1 - DE AÇÕES 1.2 - RESTANTES DIVIDENDOS 1.2 - OTROS DIVIDENDOS				
QUANTIDADE CANTIDAD		ENTIDADE EMITENTE OU CÓDIGO ISIN ENTIDAD EMISORA/CÓDIGO ISIN		
VALOR DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL IMPORTE DE LA PARTICIPACIÓN SOCIAL				
ENTIDADE PARTICIPADA ENTIDAD PARTICIPADA				
2 - JUROS 2.1 - DE VALORES MOBILIÁRIOS REPRESENTATIVOS DA DÍVIDA 2.1 - DEL VALOR MOBILIARIO REPRESENTATIVO DE LA DEUDA 2.2 - RESTANTES JUROS 2.2 - OTROS INTERESES				
VALOR NOMINAL VALOR NOMINAL	DESIGNAÇÃO DO VALOR MOBILIÁRIO OU CÓDIGO ISIN DESIGNACIÓN DEL VALOR MOBILIARIO O CÓDIGO ISIN	DATA DE AQUISIÇÃO FECHA DE ADQUISICIÓN	ENTIDADE EMITENTE ENTIDAD EMISORA	
3 - ROYALTIES 3 - CÁNONES				
NATUREZA DOS CRÉDITOS NATURALEZA DE LOS CRÉDITOS		DATA DA CONSTITUIÇÃO FECHA DE CONSTITUCIÓN	VALOR DOS CRÉDITOS IMPORTE DE LOS CRÉDITOS	
4 - TRABALHO INDEPENDENTE 4 - TRABAJO INDEPENDIENTE 5 - TRABALHO DEPENDENTE 5 - TRABAJO DEPENDIENTE 6 - PENSÕES 6.1 - DE NATUREZA PRIVADA 6.1 - DE NATUREZA PRIVADA 6.2 - DE NATUREZA PÚBLICA 6.2 - DE NATUREZA PÚBLICA 7 - REMUNERAÇÕES PÚBLICAS 7 - REMUNERACIONES PÚBLICAS 8 - PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS 8 - PRESTACIONES DE SERVICIOS 9 - RESTANTES RENDIMENTOS 9 - OTROS RENDIMIENTOS				
Identifique a natureza dos rendimentos / Identifique la naturaleza del rendimiento				
III CERTIFICAÇÃO DAS AUTORIDADES FISCAIS COMPETENTES DO ESTADO DE RESIDÊNCIA DO BENEFICIÁRIO EFETIVO CERTIFICACIÓN DE LAS AUTORIDADES FISCALES COMPETENTES DEL ESTADO DE RESIDENCIA DEL BENEFICIARIO EFECTIVO				
CERTIFICA-SE QUE A ENTIDADE IDENTIFICADA NO QUADRO I É FOI RESIDENTE FISCAL, NOS TERMOS DO ART.º 4º DA CONVENÇÃO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO, EM _____ (NO(S) ANO(S)) A _____ ESTANDO SUJEITA A IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.				
SE CERTIFICA QUE EL CONTRIBUYENTE IDENTIFICADO EN EL CUADRO Y ES HA SIDO RESIDENTE FISCAL EN LOS TÉRMINOS DEL ART.º 4º DEL CONVENIO PARA EVITAR LA DOBLE IMPOSICIÓN EN _____ DURANTE EL(S) AÑO(S) _____ A _____ DONDE SE ENCUENTRA SUJETO AL IMPUESTO SOBRE LOS RENDIMIENTOS				
LOCAL LOCALIDAD	DATA (AAAA/MM/DD) FECHA (AAAA/MM/DD)	ASSINATURA E SELO OFICIAL FIRMA Y SELLO FISCAL		
ENTIDADE ENTIDAD				

EXEMPLAR DESTINADO A ENTIDADE OBRIGADA A EFETUAR A RETENÇÃO NA FONTE / EJEMPLAR DESTINADO A LA ENTIDAD OBLIGADA A EFECTUAR LA RETENCIÓN EN LA FUENTE

N/ REF# DAF 1987 CT/2021 V/REF# Invoice 003066 (20/10/2021) AVANCA, 2021-10-25

Assunto: Pedido de Certificado de Residência Fiscal (Declaração Fiscal)

Ex.^{mos} Senhores,

A legislação fiscal portuguesa obriga a que os pagamentos de serviços a não residentes fiquem sujeitos a retenção o imposto na fonte em Portugal à taxa de 25%. No entanto, e caso exista convenção para evitar a dupla tributação económica assinada entre os vários países, ficará dispensada de retenção na fonte desde que seja acionado o mecanismo da convenção.

Para aplicar este procedimento, é necessário um Certificado de Residência Fiscal emitido pelas Autoridades Fiscais de Espanha.

Adicionalmente, existe um Formulário específico com três vias que deve ser assinado e carimbado pela Empresa na secção "VIII - Declaração do beneficiário efetivo dos rendimentos ou do seu representante legal" – marcado com uma cruz "X".

Agradecemos que proceda em conformidade e envie o Certificado de Residência Fiscal, bem como, a primeira página do formulário anexo a esta carta para a CIRES.

Agradecemos a sua urgente atenção.

Em caso de alguma dúvida, não hesite em contactar-nos.

De V. Exas.
 Atentamente

Anexo XI - Preços de Transferência

Anexo VII		Fornecimentos de VC 2019											
N.º VC	Fl. Nº	J1	Data Fatura	Data cont.	Quant.	Pr. Unit.	Total	Frete	Preço CIF	Delivery Terms	Origin	Fornecedor	
02-001905	CR-019001-AV	J1-010054	2019-01-08	2019-01-11	4.250,113	620,00	2.635,070,06	148.723,96		35,00 FOB Rotterdam	Netherlands	SHIN-ETSU PVC, B.V.	
	CR-REBATE-2019-1	J1-0300617		2019-03-31		-5,00	-21.250,57					rebate	
	CR-REBATE-2019-2	J1-0300618		2019-03-31		-5,00	-21.250,57					rebate	
	CR-019012-AV	J1-0600279		2019-06-30		3,16	19.450,36					SHIN-ETSU PVC, B.V.	
	CR-REBATE-2019-9	J1-9000505		2019-09-30		-10,00	-49.501,13					rebate	
	CR-REBATE-2019-13	J1-1200682		2019-12-31		-5,00	-21.250,57					rebate	
02-001906	CR-019002-AV	J1-0300165	2019-01-19	2019-03-19	5.249,778	620,00	3.254.882,36	183.742,23		35,00 FOB Rotterdam	Netherlands	SHIN-ETSU PVC, B.V.	
	CR-REBATE-2019-1	J1-0300617		2019-03-31		-5,00	-26.248,89					rebate	
	CR-REBATE-2019-2	J1-0300618		2019-03-31		-5,00	-26.248,89					rebate	
	CR-019012-AV	J1-0600279		2019-06-30		3,16	18.589,30					SHIN-ETSU PVC, B.V.	
	CR-REBATE-2019-9	J1-9000505		2019-09-30		-10,00	-52.497,78					rebate	
	CR-REBATE-2019-13	J1-1200682		2019-12-31		-5,00	-26.248,89					rebate	
02-001908	CR-019006-AV	J1-0300166	2019-01-28	2019-03-19	4.249,126	620,00	2.634.526,32	140.224,79		33,00 FOB Rotterdam	Netherlands	SHIN-ETSU PVC, B.V.	
	CR-REBATE-2019-1	J1-0300617		2019-03-31		-5,00	-21.246,18					rebate	
	CR-REBATE-2019-2	J1-0300618		2019-03-31		-5,00	-21.246,18					rebate	
	CR-019012-AV	J1-0600279		2019-06-30		3,16	13.427,59					SHIN-ETSU PVC, B.V.	
	CR-REBATE-2019-9	J1-9000505		2019-09-30		-10,00	-42.492,36					rebate	
	CR-REBATE-2019-13	J1-1200682		2019-12-31		-5,00	-21.246,18					rebate	
02-001909	CR-019005-AV	J1-0200044	2019-02-08	2019-02-12	5.250,060	620,00	3.255.037,20	171.821,79		32,73 FOB Rotterdam	Netherlands	SHIN-ETSU PVC, B.V.	
	CR-REBATE-2019-1	J1-0300617		2019-03-31		-5,00	-26.250,30					rebate	
	CR-REBATE-2019-2	J1-0300618		2019-03-31		-5,00	-26.250,30					rebate	
	CR-019012-AV	J1-0600279		2019-06-30		3,16	16.590,19					SHIN-ETSU PVC, B.V.	
	CR-REBATE-2019-9	J1-9000505		2019-09-30		-10,00	-50.500,00					rebate	
	CR-REBATE-2019-13	J1-1200682		2019-12-31		-5,00	-26.250,30					rebate	
02-001910	CR-019006-AV	J1-0300154	2019-01-18	2019-02-20	5.250,013	620,00	3.255.008,06	173.250,43		33,00 FOB Rotterdam	Netherlands	SHIN-ETSU PVC, B.V.	
	CR-REBATE-2019-1	J1-0300617		2019-03-31		-5,00	-26.250,07					rebate	
	CR-REBATE-2019-2	J1-0300618		2019-03-31		-5,00	-26.250,07					rebate	
	CR-019012-AV	J1-0600279		2019-06-30		3,16	16.590,04					SHIN-ETSU PVC, B.V.	
	CR-REBATE-2019-9	J1-9000505		2019-09-30		-10,00	-52.500,11					rebate	
	CR-REBATE-2019-13	J1-1200682		2019-12-31		-5,00	-26.250,07					rebate	
02-001911	CR-019007-AV	J1-0200042	2019-02-28	2019-02-28	5.250,509	620,00	3.255.316,58	171.271,60		32,62 FOB Rotterdam	Netherlands	SHIN-ETSU PVC, B.V.	
	CR-REBATE-2019-1	J1-0300617		2019-03-31		-5,00	-26.252,55					rebate	
	CR-REBATE-2019-2	J1-0300618		2019-03-31		-5,00	-26.252,55					rebate	
	CR-019012-AV	J1-0600279		2019-06-30		3,16	16.591,61					SHIN-ETSU PVC, B.V.	
	CR-REBATE-2019-9	J1-9000505		2019-09-30		-10,00	-50.505,09					rebate	
	CR-REBATE-2019-13	J1-1200682		2019-12-31		-5,00	-26.252,55					rebate	
02-001912	CR-019008-AV	J1-0300153	2019-03-11	2019-03-14	5.250,245	620,00	3.255.151,90	171.263,00		32,62 FOB Rotterdam	Netherlands	SHIN-ETSU PVC, B.V.	
	CR-REBATE-2019-1	J1-0300617		2019-03-31		-5,00	-26.251,21					rebate	
	CR-REBATE-2019-2	J1-0300618		2019-03-31		-5,00	-26.251,21					rebate	
	CR-019012-AV	J1-0600279		2019-06-30		3,16	16.590,77					SHIN-ETSU PVC, B.V.	
	CR-REBATE-2019-9	J1-9000505		2019-09-30		-10,00	-52.502,45					rebate	
	CR-REBATE-2019-13	J1-1200682		2019-12-31		-5,00	-26.251,21					rebate	
02-001913	CR-019009-AV	J1-0300420	2019-03-21	2019-03-25	5.250,154	620,00	3.255.095,48	171.260,00		32,62 FOB Rotterdam	Netherlands	SHIN-ETSU PVC, B.V.	
	CR-REBATE-2019-1	J1-0300617		2019-03-31		-5,00	-26.250,77					rebate	
	CR-REBATE-2019-2	J1-0300618		2019-03-31		-5,00	-26.250,77					rebate	
	CR-019012-AV	J1-0600279		2019-06-30		3,16	16.590,49					SHIN-ETSU PVC, B.V.	
	CR-REBATE-2019-9	J1-9000505		2019-09-30		-10,00	-52.501,51					rebate	
	CR-REBATE-2019-13	J1-1200682		2019-12-31		-5,00	-26.250,77					rebate	
02-001914	CR-019010-AV	J1-0300539	2019-03-31	2019-03-31	5.250,126	620,00	3.255.078,12	307.184,87		36,52 FOB Rotterdam	Netherlands	SHIN-ETSU PVC, B.V.	
	CR-REBATE-2019-1	J1-0300617		2019-03-31		-5,00	-26.252,44					rebate	
	CR-REBATE-2019-2	J1-0300618		2019-03-31		-5,00	-26.252,44					rebate	

Anexo XII - Fatura do fornecedor INF



Isauro Neves Ferreira, Lda
Máquinas, Ferramentas e Acessórios Industriais

Rua do Marco, 30
3810-132, Aveiro

Teléfono 234 341 671 | Fax 234 341 052
www.isauro.net
E-mail: geral@isauro.net

IBAN: PT 60 0036 0197 991000222 3903

M2Sa-Processado por programa certificado n.º2718/AT

PU 22030707

Código AT: ORIGINAL PÁGINA: 1 DE 1
FATURA 2016/A22
FT A22/2016

Exmo.(s) Sr.(s) 11939
CIRES, LDA
Rua da CIRES, nº 8
3860-160 AVANCA
Estarreja - Portugal

Data	Vencimento	Requisição	Expedição	Descrição			
09/03/2022	07/06/2022						
V/ NIF	Vendedor	Prazo de pagamento	Descontos				
PT 50006887	PEDRO OLIVEIRA	90 DIAS					
Artigo	Descrição	Qtd.	Un.	Preço	Descontos	IVA	Total
171510247	PARAF.INOX SEKT.08X020 DIN 933-A2	2,00	CTO	6,8800		23	13,76
171511335	PARAF.INOX SEKT.12X040 DIN 933-A2	1,00	CTO	25,6600		23	25,66
V/ ENCOMENDA Nº 220177							

GestInSoft v0222.036.002

Incidência	Taxa	Valor IVA
39,42	23	9,07

Local de Carga
Rua do Marco, 30
3810-132 Aveiro
PT
Data: 09/03/2022 Hora: 11:03

MATRÍCULA:
Armazém

LICENCIADO A: ISAURO NEVES FERREIRA, LDA


Mercadoria/Serviços	Valor
Mercadoria/Serviços	39,42
Descontos	
Total IVA	9,07
TOTAL	48,49

Local de Descarga
Rua da CIRES, nº 8
3860-160 AVANCA
PTC
Data: 09/03/2022 Hora: 11:03

Recebido por



Os artigos facturados foram colocados à disposição do adquirente nesta data ou na do documento de origem (Nota de Remessa).
 Em caso de litígio, o consumidor pode recorrer a uma Entidade de Resolução Alternativa de Litígios de Consumo:
 CMACC-Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo
 Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Campus de Campolide, 1099-035 Lisboa, Tel. 213847484, E-mail: cmacc@ml.unl.pt
 Mais informações em Portal do Consumidor www.consumidor.pt
 N.I.F. 504 921 929 - Soc. Com por Quotas - Cap. Soc. € 49.879,79 - Mar. na C.R.C. de Aveiro



COMPANHIA INDUSTRIAL DE RESINAS SINTÉTICAS, CIRES, LDA

ENTRADA DE MERCADORIAS
PD22/22000308

ISAURO NEVES FERREIRA, LDA
Rua do Marco, 30
3810-132 AVEIRO
PORTUGAL

N/Referência: FT-22

Fornecedor	Nº Identificação Fiscal	Condições de Pagamento	Data de Lançamento
FS2751	PT504921320	90 dias da data de factura	2022/03/10


Moeda: EUR

Ln	CODIGO	DESCRIÇÃO	LOTE	ATRIBUTO	QUANTIDADE/UN	PREÇO UNIT.	V.LIQUIDO	IVA
1	011005	PARAF.INOX SEKT.08X020 DIN 933-A2 ART.171510247			2,000 cto	6,88	13,76	23%
2	011005	PARAF.INOX SEKT.12X040 DIN 933-A2 ART.171511335			1,000 cto	25,66	25,66	23%

Observações:
Parafusaria Baseado em Ordens de compra 220177.

VALOR TOTAL: 39,42 EUR

Crédito por: MMOREIRA

Assinatura: 

Page 1/1



Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, CIREs, LDA.
 Rua do CIREs, nº 8 / 3600-160 Aveiro / Portugal
 T: +351 234 811 322 - info@shinetsu.pt
 NIF nº PT502095887 Capital Social: EUR 15.000.000,00
 www.shinetsu.pt

ISAURO NEVES FERREIRA, LDA.

Rua do Marco, 30

3810-132 AVEIRO
 PORTUGAL

FORNECEDOR _____ F52751
 CONTRIBUINTE Nº _____ PT504921259
 Email: _____ gnc@isauro.net
 LOCAL DE ENTREGA _____ NINHALAÇÕES
 CONDIÇÕES PAGAMENTO _____ 90 dias da data da fatura
 FORMA DE PAGAMENTO _____ Transferência Bancária

INCOTERMS _____ DAP Delivered At Place

Encomenda
 PC22/220177

2022/02/21

Original

OBSV.:

MVA-Processado por programa certificado nº 0130XV

CONFIRMAMOS A ENCOMENDA DOS ARTIGOS ABAIXO INDICADOS, NOS TERMOS E CONDIÇÕES AQUI EXPRESSOS:

Ln	CODIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE/UN	PREÇO UNIT.	V.LIQUIDO	Moeda: EUR	DATA ENTREGA
1	011010	FORCA SEXT AÇO INOX M08 DIN 934-A2 ART.J73557215	2,990 cto	1,45	2,90		2022/02/24
2	011010	FORCA SEXT AÇO INOX M08 DIN 934-A2 ART.J73557217	2,990 cto	2,92	5,84		2022/02/24
3	011010	FORCA SEXT AÇO INOX M10 DIN 934-A2 ART.J73557219	2,990 cto	6,43	12,86		2022/02/24
4	011010	FORCA SEXT AÇO INOX M16 DIN 934-A2 ART.J73557225	2,000 cto	18,21	36,42		2022/02/24
5	011010	FORCA SEXT AÇO INOX M20 DIN 934-A2 ART.J73557235	2,990 cto	35,34	70,68		2022/02/24
6	011015	ANELHA CHAPA INOX ABA LARGA M 8 DIN 902-A2 ART.J73511363	2,990 cto	3,71	7,42		2022/02/24
7	011015	ANELHA CHAPA INOX ABA LARGA M10 DIN 902-A2 ART.J73511387	2,990 cto	7,28	14,52		2022/02/24
8	011005	PARAF. INOX. SEXT. 08X020 DIN 933-A2 ART.J71510047	2,000 cto	6,88	13,76		2022/02/24
9	011005	PARAF. INOX. SEXT. 12X030 DIN 933-A2 ART.J71510118	2,000 cto	22,36	44,72		2022/02/24
10	011005	PARAF. INOX. SEXT. 12X040 DIN 933-A2 ART.J71511335	2,000 cto	25,66	51,32		2022/02/24

10/03/2022

- Sujeito a IVA à taxa legal

NºRef: 013/MC/22	TOTAL ENCOMENDA: 260,44 EUR
	PORTOS E OUTROS CUSTOS: 0,00 EUR
	VALOR TOTAL ENCOMENDA: 260,44 EUR

O departamento de compras,

VºRef: ORÇAMENTO 060/A22 DE 15/02/2022

A Direção,

Anexo XIII - Mapa de Controlo Orçamental

February 2022	Annual Budget			Actual YTD			Actual YTD - Budget			Actual Month			Actual Month - Budget		
	S-PVC 92%	E-PVC 8%	Total	S-PVC 92%	E-PVC 8%	Total	S-PVC 92%	E-PVC 8%	Total	S-PVC 92%	E-PVC 8%	Total	S-PVC 92%	E-PVC 8%	Total
FIXED COSTS															
Operation															
Maintenance															
Quality Control, R&D															
Site Services Agreements															
IT															
Plant Overhead															
Property, Taxes & Insurance															
Other															
HR Management															
Site Management Allocation															
RSA															
Depreciation															
Total Excluding Incidental Items															
Termination Employees Contracts															
Total Including Incidental Items															

Anexo XIV - Capex 2021 Project Codes – Running Investments

CIRES
CAPEX 2021 - Project codes
 07.01.2022

Running investments

Category	Action	Description	Project code	Budget (k€)	
Legal / Mandatory / Best practices	Improvement of environment conditions	Improvement of E-PVC stripping	480	280	
		Silo truck loading system (1 unit)	481	70	
	Improvement of safety and health conditions	Aveiro harbour firefighting water piping	475	180	
		Aveiro harbour firefighting salty water collection		Suspended	
		Modification of filter changing system of FL-3408		Cancelled	
		Dismantling of old facilities	489	70	
		Sprinkler system for VCM measuring tanks (study)	490	5	
		Several improvements of safety conditions	472	50	
	Subtotal				655
	Others	Process improvements	RO plant control system	487	100
Reflux condenser washing devices (Reactors no. 1 & 3)			467	15	
Pneumatic conveying of REC PVC to Dryer no. 3			468	15	
VCL transfer pump (Aveiro harbour)				10	
Several improvements of production facilities			473	50	
R&D		VCM transfer pump for pilot plant	469	20	
Quality		New planetary mixer	477	20	
		Modification of LAB layout		Suspended	
		LIMS upgrade	478	40	
Replacement or renovation		Replacement of PS1 brine chillers	476	100	
		Relocation of transfer facility of big bag to silo truck	482	40	
		Replacement of VCM detectors (2nd phase)	488	50	
		Replacement of E-PVC bagging silo	493	190	
IT & Telecom		Replacement of file system server	491	20	
Unforeseen		ATEX portable phones	470	20	
		Engineering services	471	50	
		Sprinkler system for VCM storage tanks (additional budget)	483	18	
		S-PVC dedusting system - Dryer section (additional budget)	484	17	
		VCM transfer pump for pilot plant (additional budget)	485	10	
		Increase latex concentration - Pilot test (additional budget)	486	20	
	Improvement control room Aveiro harbour (additional budget)	492	40		
Subtotal				845	
Total				1 500	

Payout investments

Category	Action	Description	Project code	Budget (k€)
Payout	Chemical saving	Replacement of pneumatic motor of PS2 reactor washers		to be evaluated
	Power saving	Dryer high efficiency blowers		to be evaluated
	Total			

Special investments

Category	Action	Description	Project code	Budget (k€)
Mandatory	Operation Clean Sweep	Renovation of bagging lines (Phase 1: S-PVC)	474	1 300
		Renovation of bagging lines (Phase 2: E-PVC + Stretch Hood)	479	1 150
Business opportunity	E-PVC capacity increase	Increase latex concentration		to be evaluated (possible payout)
Total				2 450

Anexo XV - Report of Disposal of Movements of Fixed Assets

Application cum Report of Disposition or Movement of Fixed Asset
(Either "Disposition" or "Movement")

Board of Directors	Administrative and Finance Department			Manager of Research and Development Department	Application date: / /		
	Manager	Division Chief	Person in Charge		Name of the Department submitting the application:		
					Manager	Division Chief	Person in Charge
Item							
1	Fixed Asset number				Report column		
2	Fixed Asset name						
3	Fixed Asset type						
4	Location						
5	Acquisition cost						
6	Initial book value						
7	Reason for Disposition or movement, and Disposition type (disposal, sale, removal, demolition, exchange or transfer)						
8	Planned quantity						
9	Planned date of Disposition or movement						
10	Ancillary Expenses and Proceeds						
11	Movement to (name of the city, town or village)						
12	Movement to (location)						
13	New department that will manage the fixed asset						
14	Remarks						
Report date: / /							
Administrative and Finance Department				Reporting Department			
Manager				Manager			
Division Chief				Division Chief			
Person in Charge				Person in Charge			

- The area enclosed by the line and the area enclosed by the bold line are destined to be the application and the report respectively.
- In cases of Disposition and movement, the items 11 through 13 and the item 10 need not be filled in, respectively.
- Add the Finance and Accounting Department stamp and signature.
- In the case of Disposition or movement involving many fixed assets, the application may be submitted with documents describing the above details attached hereto.
- State "No change" in the Report column if there is no change in status described in the Application column.
- The department submitting the application shall keep evidence (such as certificate and photographs of the disposal, and receipts for fixed assets sold and delivered).
- The approved original application shall be kept by the submitting department (or reporting department), and a copy thereof shall be kept by the Finance and Accounting Department.

Anexo XVI - Application Form – Investment in Property, Plant & Equipment (Capex)

CIRES, LDA
APPLICATION FORM
INVESTMENT IN PROPERTY, PLANT & EQUIPMENT (CAPEX)

GENERAL

Project name	Upgrade of Labware LIMS
Location	LAB PVC plant, Estarreja
Technical completion	June, 2021

AMOUNT TO BE AUTHORIZED

To be capitalized	40,000	EUR
Net expenditures	40,000	EUR

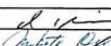
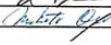
INVESTMENT CATEGORY

I	capacity increase existing products	
II	new products	
III	health, safety and environment	
IV	replacement, rationalization, optimization	X
V	other	

PREPARATION

P. Barcielo		22.02.2021
-------------	---	------------

CONSENT

C. Pereira		22.02.2021
M. Ohura		24.02.2021

AUTHORIZATION

P. Gonçalves		20.02.2021
--------------	---	------------

Anexo XVII - Projeto 478 – Upgrade of Lab Lims

LABWARE
 LabWare Solutions SL.
 Castillo de Fuensaldaña 4 - Suite 235,
 Las Rozas 28232, Madrid, Spain
 Tel: +34 918 600 000 / +34 915 272 649
 Fax: +34 918 681 627
 CIF: B88369004

Cires
 3864-752 ESTARREJA
 PORTUGAL

PV 21110361

INVOICE

Invoice Date	Invoice Number
31/10/2021	SR40700457
Customer VAT No	
PT50006887	
For Invoice Queries	
eadmin@labware.com	

This is a reverse chargeable supply

Attn:

P.O. Number	Terms	Account	Due Date	Project
LWE32161002-3	Net 30 Days	C335	30/11/2021	C335-Proj001
Item / Description	Qty / UOM	Rate	Amount	
Consultancy Services provided by Ryan Fernandes 11Oct 2021 - 11 Oct 2021	0.50 Day	1,000.00	500.00	

P. 478

All Amounts Are In EUR

Page 1 of 1

Make Payment To:
 CAIXABANK, S.A.
 Dirección: Av. de Madrid, 43, 28750
 San Agustín del Guadalix, MADRID
 IBAN: ES49 2100 2405 7802 0031 4580
 SWIFT: CAIXESBXXX

SubTotal:	500.00
IVA 0%:	0.00
Payment:	0.00
Total Due EUR:	500.00

E14 63021478/09
 243332
 243323
 22112 / F53246

Quant.		Unid.	Requisitante	Imputação	C.Custo/Proj	Rub. Org.	Equipamento
1			Purchase of Labware LIMS perpetual licenses (1 restricted + 2 full + 1 background) + technical support (1 yr). Fornecedor: Labware, conforme proposta em anexo	09035	019LE		
Observações							
				O Armazém: Manuel Moreira	O Requisitante: Cristina Costa		

Anexo XVIII - Encomenda ao fornecedor Haver & Boecker OHG

59302 OELDE - Deutschland - Germany
 49 25 22 30 0 - Telefon: +49 25 22 30 403
 www.haverboecker.com
 District Court: Münster HRA 5915



HAVER & BOECKER
 MASCHINENFABRIK - ENGINEERING DIVISION

HAVER & BOECKER OHG · 59302 OELDE · GERMANY
Companhia Industrial de Resinas Sinteticas Cires LDA,
 Rua da Cires N 3
 3960-160 AVANCA
 PORTUGAL

Order No./Date: 10299983/ 27.08.2021
 Reference No./Date: PCPROJ21/10124 / 27.08.2021
 Customer no.: 604049
 Our VAT Reg.No.: DE123928082
 Your VAT Reg.No.: PT5008887
 Contact Person: Holger Hagedorn
 Phone: +49 2522 30 495
 Fax: +49 2522 30 535
 E-mail: hh.hagedorn@haverboecker.com
 Agent: CIRTEC, LDA.
 Haver & Boecker Iberica

P. 179 - Anotação de Billing para PVC

DOWN PAYMENT REQUEST No. 1017005653 Date: 27.08.2021

Terms of payment: within 30 days net after date of invoice
 Terms of delivery: DAP Avanca

Project: Cires PT - Phase 2
 H&B order no.: C-001259-10299983
 PO no.: PCPROJ21/10124

HAVER INTEGRA VL2 for bagging of E-PVC with palletizing unit

Order value DAP Avanca, Portugal (acc. to INCOTERMS 2020)	EUR	1.150.000,00
.....		
According to the agreed payment terms are payable:		
30% of the total order value upon receipt of the order, against an advance payment bank guarantee valid up to delivery plus 1 month	EUR	345.000,00
.....		
Items total EUR:		345.000,00
Sub total EUR:		345.000,00
	VAT	0,00
.....		

Down Pay./Settlement



ISSUES AD: BANK CODE: 00010000000000000000
 ACCOUNT: 350203493



COMPANIES AD: BANK CODE: 00010000000000000000
 ACCOUNT: 350203493



DEBITOR BANK AD: BANK CODE: 00010000000000000000
 ACCOUNT: 350203493

ShinEtsu
 COMPANHIA INDUSTRIAL DE RESINAS SINTETICAS CIREs, LDA

CIREs
 Companhia Industrial de Resinas Sinteticas, CIREs Lda.
 Rua da Cires, s/nº, 3960-160 Avanca Portugal
 T +351 251 811 325 - vms@Cires.pt
 VAT PT 50088877 - Share Capital: EUR 19.300.000,00
 www.cires.pt

HAVER & BOECKER OHG
 Carl-Haver-Platz 3
 D-59302 OELDE GERMANY

Purchasing
PCPROJ21/10124
 2021/07/20
 Original

SUPPLIER: F62739
 VAT Number: DE123928082
 E-mail: hh.hagedorn@haverboecker.com
 DELIVERY PLACE: CIREs (SANTAREL-APT)
 PAYMENT TERMS: 30 days from invoice
 PAYMENT MODE: Bank Transfer
 INCOTERMS: DAP Delivered At Place

REMARKS:

xl.01-Processed by certified program n° 21202AT

WE CONFIRM THE ORDER OF THE ITEMS BELOW, IN THE TERMS AND CONDITIONS EXPRESSED HERE

LA	ITEM	DESCRIPTION	QUANTITY/UM	UNIT PRICE	NET VALUE	DELIVERY DATE
1	0P1q479	BAGGING SYSTEMS FOR PVC (PHASE 2): STEP 1: STRETCH HOODING SYSTEM STEP 2: HAVER INTEGRA VL2 FOR E-PVC WITH PALLETIZING UNIT PAYMENT: 30 % of the total order value upon receipt of the order, against an advance payment bank guarantee valid up to delivery plus 1 month 60 % of the total order value upon delivery DAP or with declaration of readiness for shipment. In case delivery is delayed for reasons of the Buyer, 10 % of the total order value with successful site acceptance test, but not later than 5.5 months after delivery All payments are to be made without any deduction within 30 days after receipt of invoice. ACCORDING TO QUOTATION CH4993485602	1,000 un	1.150 000,00	1 150 000,00	2022/09/01

NrRef: 037/0PP/21
 VirRef: ACCORDING YOUR QUOTATION: CH / 6034856 / 02.

TOTAL ORDER: 1 150 000,00 EUR
 FREIGHT & OTHER COSTS: 0,00 EUR
 TOTAL ORDER AMOUNT: 1 150 000,00 EUR

Purchasing: *José Brandão*
 Manager: *[Signature]*

Pag. 01

Anexo XXII - Contabilização do ativo sobre direito de uso

Registo do Contrato (em 2020-01-01)

Conta	Débito	Crédito
43* - Ativo sobre Direito Uso	370.199,01	
2571 – Direito Uso CP		146,970,40
2572 – Direito Uso LP		223.228,61

Registo da Fatura (em 2020-01-31)

Conta	Débito	Crédito
2211 – Fornecedores		12.500,00
2571 – Direito Uso CP	12.191,50	
6912 – Juros Direito Uso	308,50	

Regularização do CP / LP (em 2020-01-31)

Conta	Débito	Crédito
2571 – Direito Uso CP		12.313,98
2572 – Direito Uso LP	12.313,98	

Reintegrações dos Ativos sobre Direito Uso (em 2020-01-31)

Conta	Débito	Crédito
64 – Reintegrações Direito Uso CP	12.191,50	
438* - Ativo sobre Direito Uso		12.191,50